

3º Período

Estudos Linguísticos I

*Adriana de Carvalho Kuerten Dellagnelo
Ina Emmel
Raquel Carolina Souza Ferraz D´Ely*

Florianópolis, 2012.

Governo Federal

Presidente da República: Dilma Vana Rousseff

Ministro de Educação: Aloizio Mercadante

Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC)

Universidade Aberta do Brasil (UAB)

Universidade Federal de Santa Catarina

Reitor: Alvaro Toubes Prata

Vice-reitor: Carlos Alberto Justo da Silva

Secretário de Educação a Distância: Cícero Barboza

Pró-reitora de Ensino de Graduação: Yara Maria Rauh Müller

Pró-reitora de Pesquisa e Extensão: Débora Peres Menezes

Pró-reitora de Pós-Graduação: Maria Lúcia de Barros Camargo

Pró-reitor de Desenvolvimento Humano e Social: Luiz Henrique
Vieira Silva

Pró-reitor de Infraestrutura: João Batista Furtuoso

Pró-reitor de Assuntos Estudantis: Cláudio José Amante

Diretor do Centro de Comunicação e Expressão: Felício Wessling Margotti

Diretor do Centro de Ciências da Educação: Wilson Schmidt

Curso de Licenciatura em Letras-Espanhol na Modalidade a Distância

Diretor Unidade de Ensino: Felício Wessling Margotti

Chefe do Departamento: Silvana de Gaspari

Coordenadoras de Curso: Maria José Damiani Costa

Vera Regina de Aquino Vieira

Coordenadora de Tutoria: Raquel Carolina Souza Ferraz D'Ely

Coordenação Pedagógica: LANTEC/CED

Coordenação de Ambiente Virtual: Hiperlab/CCE

Projeto Gráfico

Coordenação: Luiz Salomão Ribas Gomez

Equipe: Gabriela Medved Vieira

Pricila Cristina da Silva

Equipe de Desenvolvimento de Materiais

Laboratório de Novas Tecnologias - LANTEC/CED

Coordenação Geral: Andrea Lapa

Coordenação Pedagógica: Roseli Zen Cerny

Material Impresso

Coordenação: Thiago Rocha Oliveira

Diagramação: Paula Reverbel, Guilherme André Carrion

Ilustrações: Robson Felipe Perucci dos Santos

Revisão gramatical: Tony Roberson de Mello Rodrigues

Design Instrucional

Coordenação: Isabella Benfca Barbosa

Designer Instrucional: Felipe Vieira Pacheco

Equipe de Reedição

Laboratório Multimídia/CCE - Material Impresso e Hiperídia

Coordenação: Ane Girondi

Diagramação: Letícia Beatriz Folster, Grasielle Fernandes Hoffmann

Supervisão do AVEA: Máira Tonelli Santos

Design Instrucional: Paula Balbis Garcia

Revisão: Rosangela Santos de Souza

Copyright@2012, Universidade Federal de Santa Catarina/LLE/CCE/UFSC. Nenhuma parte deste material poderá ser comercializada, reproduzida, transmitida e gravada sem a prévia autorização, por escrito, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Ficha catalográfica

D357t Dellagnelo, Adriana de Carvalho Kuerten
3º período estudos linguísticos I / Adriana de Carvalho Kuerten
Dellagnelo, Ina Emmel, Raquel Carolina Souza Ferraz D'Ely. –
Florianópolis : UFSC/LLE/CCE, 2012.
94p.

Inclui bibliografia
UFSC. Curso de Licenciatura em Letras-Espanhol na Modalidade
a Distância
ISBN 978-85-61483-61-6

1. Linguística – Estudo e ensino. 2. Análise linguística. 3. Fonética.
4. Morfologia. 5. Sintaxe. 6. Ensino a distância. I. Emmel, Ina.
II. D'Ely, Raquel Carolina Souza Ferraz. III. Título.
CDU: 801

Sumário

UNIDADE A – FONÉTICA E FONOLOGIA 11

Capítulo 1 - Duas ciências e um só nível de análise linguística.....	13
1.1 Introdução	13
1.2 Fonética e Fonologia: Uma visão panorâmica.....	14
1.3 Particularizando os estudos da fonética articulatória	18
<i>Resumo</i>	27

UNIDADE B – MORFOLOGIA 29

Capítulo 2 - Das noções básicas à análise morfêmica	31
2.1 Introdução	31
2.2 Primeiras palavras	32
2.3 Morfemas lexicais e morfemas gramaticais.....	35
2.4 Composição e Derivação.....	37
2.5 Uma Análise Morfêmica.....	43
<i>Resumo</i>	44

UNIDADE C – SINTAXE 47

Capítulo 3 - Do gerativismo ao funcionalismo – uma visão panorâmica.....	49
3.1 Introdução	49
3.2 A Sintaxe Gerativa	50
3.3 A Gramática Sistêmico-Funcional Hallidayana – um brevíssimo olhar	58
<i>Resumo</i>	64

UNIDADE D – SEMÂNTICA65

Capítulo 4 - Possibilidades de significação..... 67

4.1 Introdução67

4.2 Um primeiro olhar.....68

4.3 A Semântica Formal70

4.4 Significado: sentido & referência.....75

4.5 A Semântica da Enunciação e a Semântica Cognitiva:
algumas palavras.....83

Resumo.....85

Considerações finais.....87

Referências.....89

Apresentação

Este livro-texto introduz e discute em mais detalhe os níveis de análise linguística (DELLAGNELO; CERUTTI-RIZZATTI, 2008) que Weedwood (2002) chama de microlinguística, rol no qual Weedwood inclui também a Lexicologia, mas este nível não será tratado nesta disciplina, e que engloba a Fonética e a Fonologia, a Morfologia, a Sintaxe e a Semântica. Repetimos, aqui, portanto, o diagrama que Weedwood apresenta e que permite uma boa visualização desses níveis em relação ao que a autora denomina de macrolinguística.



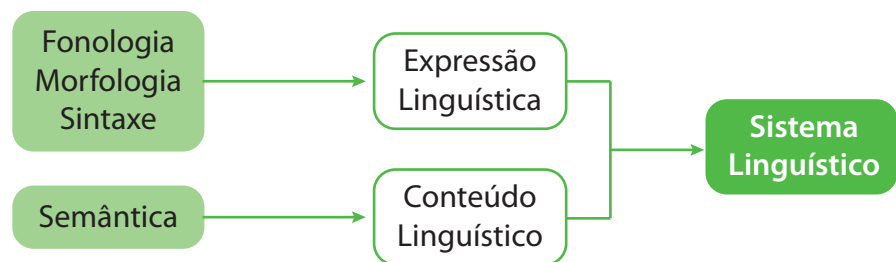
Figura 1: Núcleo: microlinguística; raios: macrolinguística. Fonte: Weedwood, B. *História concisa da linguística*, 2002, p. 11

Ao propormos focar os diferentes níveis de análise linguística, é nosso propósito abordar o que tradicionalmente é chamado de “núcleo duro” da linguística, ou seja, a “língua em si”. Desde já adiantamos que, para fazer isso no restrito espaço de que dispomos e no âmbito de uma disciplina somente, teremos de fazer certos recortes e opções teóricas, já que é possível estudar cada um desses níveis à luz de diferentes escolas de pensamento, (quase) todas elas com inegável validade. O intuito é dar uma visão panorâmica das áreas e não impor uma linha, na tentativa de motivar você, prezada(o) aluna(o), a querer enxergar as maravilhas subjacentes ao conhecimento do fenômeno da linguagem, e das línguas em particular - que nesta concepção geral, são apenas realizações particulares da linguagem, que

é a que permite à nossa espécie dar forma a pensamentos e comunicá-los (MARTIN, 2003, p.75), começando pelo estudo das peculiaridades linguísticas de sua língua materna, o português brasileiro, que daqui em diante chamaremos de PB. E, a partir da abordagem que propomos para cada um dos níveis de que trataremos, gostaríamos de ver você procurar outras fontes de referência para aprofundar seu estudo. No seu pólo, você terá acesso a uma bibliografia adicional, também elencada ao final deste livro; indicaremos, ainda, *sites* interessantes ao longo da nossa discussão que podem ser consultados por você.

Neste empreendimento, vamos nos valer de uma linguagem simples e informal (mesmo sendo “formal” em termos de metalinguagem, conforme você vai poder verificar mais adiante), até onde isso for possível. Para que você nos acompanhe neste percurso, propomos que você tome o lugar de um cientista, neste caso, de um cientista da linguagem. Isso quer dizer que será necessário que você se distancie do que lhe é mais inerente, para que a linguagem possa, assim, constituir-se num objeto científico. Só com esse distanciamento você poderá tentar entender esse objeto em toda a sua complexidade. Nem sempre vai ser fácil diferenciar a linguagem da metalinguagem que usamos para descrevê-la. Mas vamos tentar, não é mesmo?

De modo bem geral, podemos ordenar os níveis em termos de componentes de uma gramática da seguinte forma:



Segundo Ramers (2007, p. 13), na Fonologia, na Morfologia e na Sintaxe são analisadas as relações formais entre as expressões linguísticas, ao passo que a Semântica seria responsável por tematizar o lado do significado dessas unidades. O autor complementa, no entanto, que, tanto na Morfologia como na Sintaxe, são combinadas expressões de conteúdo (com

significado, portanto) e que uma divisão estanque entre as áreas seria sempre complicada.

Na unidade dedicada à **Fonética e Fonologia**, temos como *objeto* de estudo os sons da fala; trata-se, portanto, de duas áreas intimamente relacionadas na medida em que se dedicam ao mesmo *objeto*. A perspectiva sob a qual esse objeto é abordado, no entanto, é distinta: na Fonética, **descrevem-se** os sons da fala (por exemplo, como o som [t] é articulado, que órgãos anatómicos estão envolvidos e como, na sua produção, ele se diferencia de um [d], por exemplo, etc.); e na Fonologia, procura-se interpretar os resultados obtidos por meio da descrição dos sons da fala, em função dos sistemas de sons das línguas; aqui, portanto, **explicam-se e interpretam-se** os sons. (MASSINI-CAGLIARI; CAGLIARI, 2001; MORI, 2001).

Em seguida, trataremos da **Morfologia**, levantando noções básicas relacionadas aos domínios dessa área. Escolhemos, primordialmente, o quadro teórico do estruturalismo para fazê-lo. Abordaremos a complexa questão da definição do que vem a ser uma palavra, para tentar nos aproximar do que seria a unidade básica do estudo da Morfologia. Vamos tratar, de forma bastante sintética, da tipologia de morfemas, da classificação dos mesmos, e de peculiaridades flexionais e derivacionais do PB.

Na unidade intitulada **Sintaxe**, entendida aqui como a descrição da estrutura das sentenças e da própria noção de estrutura (modelo), ou seja, como parte da gramática de uma língua, vamos tratar das estruturas sintagmáticas, dos constituintes internos das sentenças. Para tanto, vamos aceitar que cada um de nós possua esse conhecimento intuitivo do que seja uma sentença em sua língua, sabendo diferenciá-la de uma não-sentença, tanto em termos de gramaticalidade, como de completude. O objetivo da unidade é refletir também sobre o que faz uma determinada cadeia de palavras ser gramatical ou não-gramatical e, assim, conseguir explicar as regularidades sintáticas de uma língua. Vamos explorar a noção de constituinte, que por sua vez é dependente da estrutura subjacente à sentença. Comentaremos brevemente o percurso da gramática gerativa e da gramática funcional, seus pressupostos e a influência dela nos estudos linguísticos atuais.

Na última unidade, trataremos da **Semântica**, que tem um lugar bastante recente dentro dos cursos de Letras, apesar de sua relevância. As razões para essa “omissão” vão ser comentadas ao longo da unidade, ainda que brevemente e de forma introdutória. Pressupomos que a reflexão sobre o significado de palavras e sentenças sirva para reconhecer na linguagem as possibilidades de significar. Muito mais do que tentar delimitar uma área cujos limites são afinal bastante movediços, tentaremos provocar em você uma tomada de consciência sobre a importância que as questões de significação têm, levando-a(o) a descobrir aspectos da linguagem sobre os quais você talvez nunca tenha pensado e que são extremamente interessantes. Além de dar uma visão panorâmica de tudo o que recai nessa área de estudos, vamos tratar mais pontualmente da pressuposição, da noção de acarretamento, discutir a negação, as descrições definidas e comentar a quantificação.

Esperamos que você nos acompanhe com muita dedicação nesse percurso, que promete ser desafiador e, assim torcemos, encantador ao mesmo tempo. Bons estudos!

Professoras Adriana, Ina e Raquel

Unidade A

Fonética e fonologia



Adaptação livre.

1 Duas ciências e um só nível de análise linguística

Ao final deste capítulo, você deverá ser capaz de identificar fonética e fonologia como um dos níveis dos estudos linguísticos, distinguindo ambas as ciências entre si e reconhecendo seus principais fundamentos. Assim, empreendemos, inicialmente, uma discussão acerca do escopo da fonética e da fonologia, passando, então, a dar ênfase à fonética articulatória, haja vista a sua importância para a compreensão da forma como se dá a articulação dos sons em uma língua. É nosso entendimento que tal compreensão facultará a você maior familiaridade e facilidade no trato com questões de pronúncia da língua estrangeira a qual você busca dominar – o espanhol.

1.1 Introdução

Começamos a nossa discussão lembrando que as línguas se apresentam por sons resultantes de movimentos vocais que se inserem em um conjunto de fatos linguísticos (FERREIRA NETO, 2001, p. 11). Estaremos, pois, sempre nos referindo à linguagem como uma atividade primordialmente **oral**, aquela que se distingue dos demais sistemas simbólicos (gestos, códigos, sinais etc) por ser segmentável em unidades menores, unidades essas, segundo Callou e Leite (1995, p. 13), “em número finito para cada língua e que têm a possibilidade de se recombinarem para expressar idéias diferentes”. Analisaremos o contínuo sonoro em seus segmentos linearmente dispostos e verificaremos as funções distintivas que a **presença** desses segmentos causa, resultando ou não em mudança no significado de uma palavra.

Ampliando o objetivo geral deste capítulo, pretendemos, também, chamar a sua atenção sobre a importância da fonologia para a aprendizagem de uma língua estrangeira, que proporciona a você um instrumental básico para poder comparar, a partir dos estudos sobre a fonética e a

No caso da ausência desses segmentos, podemos pensar no que consiste a diferença entre *cabra* e *abra* (do verbo abrir), só para exemplificar a “ausência” de um segmento que resulta na mudança de significado.

fonologia do Português Brasileiro (PB), os erros que um falante nativo dessa língua comente ao aprender o espanhol como língua estrangeira (doravante LE). Assumimos, para tanto, que as características fonológicas da língua materna presumivelmente exerçam influência sobre todo o processo de ensino e aprendizagem de uma língua estrangeira. O estudo deste capítulo deve fornecer algumas ferramentas para entender, também, as razões para um aprendiz de LE tentar produzir os sons da língua-alvo baseado no repertório de sons e de outras peculiaridades fonológicas de sua língua materna ou no de outras línguas estrangeiras que, porventura, já tenha aprendido antes do espanhol, uma vez que é natural partirmos sempre do conhecido para o desconhecido, não é mesmo?

Em linhas gerais, assumimos que ser capaz de analisar e sistematizar o sistema fonológico de sua língua materna vai ajudar você na produção consciente do sistema fonológico do espanhol, uma vez que você irá se confrontar com as semelhanças e as diferenças desse sistema em relação ao seu. A partir dos estudos sobre o PB, você será capaz de avaliar, nas aulas de LE, as diferenças para o sistema fonêmico do espanhol, não só em termos de número desses fonemas (distinção quantitativa), mas também em relação às características internas desses sons (distinção qualitativa).

1.2 Fonética e Fonologia: Uma visão panorâmica

Fonética e fonologia compõem um dos níveis de análise linguística, mas não são sinônimos entre si; há distinções entre ambas as ciências. “Enquanto a fonética estuda os sons como entidades físico-articulatórias isoladas, a fonologia irá estudar os sons do ponto de vista funcional como elementos que integram um sistema lingüístico” (CALLOU e LEITE, 1995, p.11) Vamos entender isso melhor?

Talvez pudéssemos pensar que a fonética se ocupa dos segmentos sonoros quando são realizados, ou seja, emitidos pelo usuário da língua. Sua preocupação é analisar particularidades articulatórias, acústicas e perceptivas desses segmentos sonoros. “A fonética é a ciência que apre-

sentam os métodos para descrição, classificação e transcrição dos sons da fala [...]” (CRISTÓFARO SILVA, 2001, p. 23). A fonética focaliza grandes áreas de estudo como discriminamos a seguir.

- a. **Fonética articulatória:** ocupa-se de analisar a produção da fala do ponto de vista fisiológico e articulatório – quando, por exemplo, dizemos a palavra *casa*, a fonética articulatória procura descrever quais são os articuladores de nosso trato vocal (boca, dentes, lábios, língua etc.) que estão envolvidos na realização de cada um desses sons e como se comportam tais articuladores por ocasião da produção desses mesmos sons.
- b. **Fonética auditiva:** estuda como a fala é percebida pelo interlocutor – quando dizemos a palavra *casa*, por exemplo, a fonética auditiva preocupa-se em descrever de que modo o sistema auditivo do interlocutor recebe esse segmento sonoro e como ele é processado por esse mesmo sistema.
- c. **Fonética acústica:** estuda as propriedades físicas dos segmentos sonoros que falamos, descrevendo sua transmissão entre nós, falantes, e nossos ouvintes – quando falamos a palavra *casa*, por exemplo, a fonética acústica ocupa-se em analisar como a corrente do ar transmite essa palavra falada para o ouvinte, quais são as particularidades acústicas dessa transmissão, o que envolve focalização das propriedades das ondas sonoras, entre outras questões afins. É nessa área que também se pesquisa a fala sintética (computadores reproduzindo a fala humana) e o reconhecimento automático da fala (muito usado pela polícia nas gravações telefônicas “grampeadas”, na subárea forense);
- d. **Fonética instrumental:** estuda propriedades físicas da fala com o apoio de instrumentos de laboratório para tal – com os avanços tecnológicos, são inúmeros os recursos instrumentais para estudos da fala.

Durante o nosso estudo, interessa-nos a fonética articulatória, sobretudo, porque estaremos lidando com segmentos sonoros que não fazem parte de nossa língua, os fonemas da língua espanhola, o que exigirá de nós atenção para a forma como tais sons devem ser articulados por nosso trato vocal, um estudo que focaliza questões de pronúncia de língua estrangeira. As demais áreas de estudos fonéticos não nos interessam prioritariamente aqui.

Sim, mas se a fonética articulatória estuda como os segmentos sonoros se realizam, ou seja, como pronunciamos os segmentos sonoros da fala e como é possível transcrevê-los, o que faz a fonologia? Callou e Leite (1995, p. 11) escrevem:

À fonologia cabe estudar as diferenças fônicas intencionais, distintivas, isto é, que se vinculam a diferenças de significação, estabelecer como se relacionam entre si os elementos de diferenciação e quais as condições em que se combinam uns com os outros para formar [...] palavras e frases.

Talvez pudéssemos inferir que, enquanto a fonética se ocupa dos segmentos sonoros em seu processo de emissão na fala, a fonologia ocupa-se do inventário de segmentos sonoros que adquirimos e que, “estocados em nosso cérebro”, permitem que os emitamos por ocasião da fala. Grosso modo, talvez pudéssemos “dizer” que a fonologia ocupa-se dos segmentos sonoros como inventário de que dispomos em nosso cérebro, enquanto a fonética ocupa-se deles em seu processo de realização na fala. Assim, é fácil constatar que detalhes que diferenciam a fala de usuários de uma mesma língua interessam à fonética e não à fonologia, que, por sua vez, ocupa-se de inventariar os segmentos sonoros de cada língua. Reportando-nos aos estudos de Saussure (c.f. DELLAGNELO; CERUTTI-RIZZATTI, 2008), talvez pudéssemos pensar que a fonologia ocupa-se da *língua* (os segmentos sonoros que fazem parte dos sistemas linguísticos) enquanto a fonética ocupa-se da *fala* (a realização individual da língua).

Busquemos uma situação que nos ajude a entender melhor essa diferença. Dois falantes de língua portuguesa, um gaúcho e um carioca, por exemplo, conhecem o segmento sonoro *s* que aparece na palavra *dois* – esse segmento *s* faz parte do inventário de segmentos sonoros que ambos os falantes adquiriram ao aprender o português. É um segmento que se distingue do segmento sonoro *x*, por exemplo, na palavra *deixar*, certo? Assim, na língua portuguesa existem dois segmentos sonoros distintos – o *s* de *dois* e o *x* de *deixar*, entre outros tantos segmentos existentes. Descrever todos os segmentos sonoros que fazem parte de uma língua e que são distintos entre si é tarefa da fonologia.

Imaginemos, agora, esses dois falantes, articulando a palavra *dois*: possivelmente o falante carioca, ao invés do *s* ao final de *dois*, pronuncie um *x*, dizendo algo como *doix*, enquanto o gaúcho possivelmente não o faça e articule um *s* nessa posição, dizendo *dois*.

Para a fonologia, o que interessa nesse caso é que existe **um único segmento sonoro nessa posição** (um arquifonema – fonema que pode ser articulado de modo distinto por diferentes falantes; neste caso, o *s* em posição de final de sílaba), o segmento é o *s*. O fato de ele ser realizado de modo distinto na fala de usuários da língua de diferentes regiões interessa à fonética e não à fonologia, porque é a fonética que se preocupa em descrever como os segmentos sonoros são articulados na fala.

À fonologia interessa mapear quais fonemas existem em uma língua, independentemente do fato de esses fonemas poderem ser articulados de modo distinto por diferentes falantes ou mesmo por um único falante em situações diferentes de uso da língua – um gaúcho que passe a morar no Rio de Janeiro e que (por razões de identificação com o novo grupo de falantes) venha a aproximar sua fala do modo de falar dos cariocas, por exemplo, passando a dizer *doix* e abandonando a forma *dois*.

Abrimos mão da notação formal dos fonemas em nome do caráter introdutório do estudo e da não-familiaridade dos leitores com os símbolos fonéticos.

Essas diferenças de articulação de um mesmo segmento sonoro – nesse caso, o *s* – interessam à fonética e não à fonologia, porque, neste caso específico, *s* e *x* são variantes de um mesmo fonema: o *s*, e não dois fonemas distintos.

Assim, importa que saibamos que a unidade de estudo da fonética são os segmentos da fala, ou os *fonés*, enquanto a unidade de estudo da fonologia são os segmentos da língua “estocados no cérebro dos falantes”, ou seja, os *fonemas*.

Neste ponto, já podemos adiantar uma questão notacional: as unidades básicas da Fonética, os *fonés*, são transcritos entre colchetes ([p],[m],[t] etc.); já os primitivos da Fonologia, os *fonemas*, são representados entre barras inclinadas (/p/, /t/, /m/ etc.)

1.3 Particularizando os estudos da fonética articulatória

Uma introdução aos estudos da *fonética articulatória* exige que conheçamos minimamente o aparelho fonador, o conjunto de órgãos que utilizamos na produção da fala e que envolve a região da boca, língua, dentes, nariz, esôfago, laringe, pulmões etc. Antes de observarmos o desenho do aparelho fonador, importa que tenhamos consciência de que os órgãos que o compõem não têm como finalidade primeira a produção da fala, mas sim a respiração e a alimentação.

Podemos dividir o aparelho fonador em três conjuntos de órgãos de acordo com a função que desempenham: o sistema respiratório (pulmões, músculos pulmonares, brônquios e traquéia); o sistema fonatório (laringe e glote) e o sistema articulatório (faringe, língua, nariz, palato, dentes e lábios). Transcrevamos o detalhamento do aparelho fonador a partir da descrição de Cristóvão Silva (1999, p. 30):

Vamos nos deter nas questões de fonética articulatória, sobretudo, para classificar os segmentos da língua portuguesa. Não detalharemos questões específicas da fonologia, limitando-nos a usar representações de fonemas na classificação das vogais. Essa opção justifica-se porque se trata de um estudo introdutório e seria bastante complexo dar destaque às teorias fonológicas relevantes.

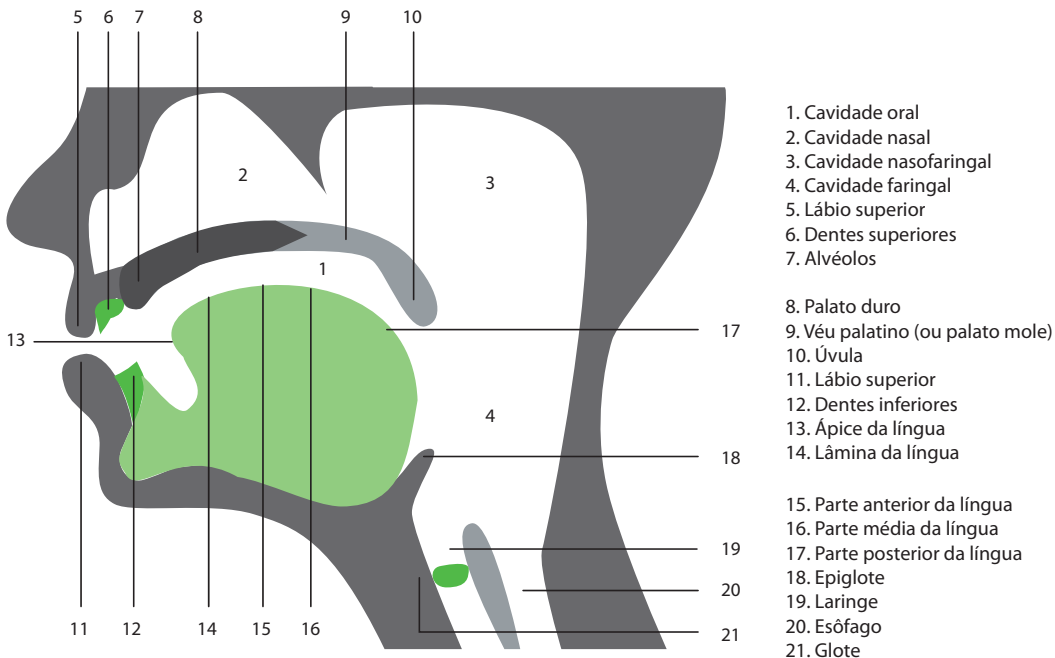


Figura 2: O aparelho fonador e os articuladores passivos e ativos, as cavidades oral, nasal, faríngea e a glote (cordas vocais). Fonte: SILVA, T. C. *Fonética e Fonologia do Português*, 1999, p.30 (adaptada)

O que vemos na imagem anterior é o desenho do aparelho fonador com os órgãos que o compõem. A produção da fala dá-se via esse aparelho. Os fones articulados na fala são questões de interesse da fonética, o que exige que observemos quais órgãos do aparelho fonador estão envolvidos na produção desses fones e como tais órgãos se comportam por ocasião da produção de cada qual deles. Assim, importa que estudemos o PUNTO DE ARTICULAÇÃO (quais os articuladores estão envolvidos) e o MODO DE ARTICULAÇÃO (como esses articuladores se comportam em relação à corrente de ar que vem dos pulmões, por ocasião da produção dos fones).

Antes de dar sequência a esse estudo, porém, é preciso que distingamos vogais de consoantes. Você já parou para pensar por que há essa separação? A diferença fundamental entre vogais e consoantes é o fato de que as consoantes são fones produzidos com algum tipo

de obstrução da passagem da corrente de ar que vem dos pulmões, enquanto as vogais são fones em cuja produção não há nenhum tipo de obstrução dessa mesma corrente de ar.

Mais adiante, você estudará vogais e consoantes da língua espanhola.

Há, ainda, alguns segmentos que se encontram em uma fronteira entre vogais e consoantes, são as semivogais ou *glides* (lemos: *glaidés*). Começaremos nosso estudo pelas consoantes, observando o ponto de articulação e o modo de articulação desses segmentos. Vejamos isso resumidamente no quadro a seguir que registra a articulação das principais consoantes da língua portuguesa, extraída de Massini-Cagliari e Cagliari (2001, p. 126).

Exemplos de modos e lugares de articulação para as consoantes do Português

Oclusivas:

a) bilabiais:	[p, b]	pato, <u>b</u> ato
b) alveolares:	[t, d]	<u>t</u> ato, <u>d</u> ado
c) velares:	[k, g]	<u>c</u> ato, <u>g</u> ato

Fricativas:

a) labiodentais:	[f, v]	<u>f</u> aca, <u>v</u> aca
b) alveolares:	[s, z]	ca <u>ç</u> a, ca <u>s</u> a
c) palatoalveolares:	[ʃ, ʒ]	<u>ç</u> á, já
d) velares:	[x, ɣ]	<u>r</u> ato, barr <u>ig</u> a
e) uvulares:	[χ, ʁ]	<u>r</u> oda, curral
f) glotais:	[h, ɦ]	<u>r</u> ato, barr <u>ig</u> a

Africadas:

a) palatoalveolares:	[tʃ, dʒ]	<u>t</u> ia, <u>d</u> ia, pote, <u>d</u> ode
----------------------	----------	--

Nasais:

a) bilabial:	[m]	som <u>o</u>
b) dental:	[n]	son <u>o</u>
c) palatal:	[ɲ]	son <u>h</u> o
d) velar:	[ŋ]	ban <u>co</u>

Laterais:

a) dental:	[l]	ma <u>l</u> a
b) palatal:	[ʎ]	mal <u>h</u> a

Vibrantes:		
a) alveolar sonora:	[r]	mar <u>r</u>
b) alveolar surda:	[ɾ]	mar <u>ɾ</u>
c) uvular:	[R]	mar <u>R</u>
Tepes:		
a) alveodental:	[ɹ]	pr <u>ɹ</u> ato, cr <u>ɹ</u> ise, for <u>ɹ</u> ça, car <u>ɹ</u> o
Retroflexas:		
a) anterior (alveolar):	[ɻ]	por <u>ɻ</u> ta, mar <u>ɻ</u>
b) posterior (palatoalveolar):	[ɻ̠]	por <u>ɻ̠</u> ta, mar <u>ɻ̠</u>

Tabela 1. Exemplos de consoantes do Português, classificadas quanto ao modo a ao lugar de articulação. Fonte: MASSINI-CAGLIARI, G; CAGLIARI, L. C. *Fonética*, 2001, p. 126

Vimos, no quadro anterior, o ponto de articulação dos fones consonantais, ou seja, quais os articuladores de nosso trato vocal estão envolvidos na produção desses fones (se a língua, os dentes, os lábios etc.), assim como o modo de articulação das consoantes, ou seja, de que forma a corrente de ar passa pelo aparelho fonador, como se dá a obstrução da corrente de ar por ocasião dessa passagem.

Nos exemplos anteriormente citados, você pôde observar que usamos símbolos diferentes de letras. Esses símbolos são parte do Alfabeto Fonético Internacional – o IPA – que foi construído com o objetivo de universalizar a representação dos fones nas transcrições fonéticas. Afinal, você já deve ter percebido que a ortografia não nos dá uma orientação clara da pronúncia da língua e de seus dialetos. Um exemplo apenas: *giz* e *gota*, embora na ortografia sejam representados por um mesmo símbolo inicial, na tabela fonética seriam, respectivamente, os fones [ʒ] e [g], que indicam essa diferença que é feita na fala. Esse fone [ʒ] de *giz*, por sua vez, é o mesmo que usaremos para transcrever o j ortográfico em *viajar*.

Esse alfabeto tem, ainda, outros tantos símbolos, muitos deles específicos de fones de outras línguas, os quais não existem em português. Você, durante o curso, tomará contato com segmentos sonoros específicos da língua espanhola. Sugerimos que você pesquise na bibliografia disponível em seu pólo – Cristóvão Silva (2001), por exemplo – ou na *internet* o

Dado tratar-se de seu primeiro contato com os estudos da fonética articulatória, optamos por priorizar os fones da língua portuguesa. Ao longo de nosso Curso e a partir desse conhecimento introdutório, você entrará em contato com aqueles fones da língua espanhola que são distintos de fones da língua portuguesa.

Alfabeto Fonético Internacional – IPA, de modo a tomar contato com os símbolos fonéticos que devemos conhecer para atuar na área de Letras.

Com base na descrição mais detalhada e na exemplificação correspondente acima, passamos agora à tabela-resumo dos fones do PB, que está baseada no padrão sugerido pela IPA.

Articulação	Maneira	Lugar	Bilabial	Lábio-dental	Dental ou Alveolar	Alveopalatal	Palatal	Velar	Glotal
Oclusiva	desv		p		t			k	
	voz		b		d			g	
Africada	desv					tʃ			
	voz					dʒ			
Fricativa	desv			f	s	ʃ		x	h
	voz			v	z	ʒ		ɣ	ɦ
Nasal	voz		m		n		ɲ (̃)		
Tepe	voz				ɾ				
Vibrante	voz				ʀ				
Retroflexa	voz								
Lateral	voz				l (l̥)		ɭ (ɭ̥)		

Tabela 2. Tabela fonética consonantal. Fonte: SILVA, T. C. *Fonética e Fonologia do Português* (1999, p.37)

Observe que os pontos de articulação aparecem nas **colunas**, enquanto que o modo de articulação é especificado nas **linhas** do quadro. Se você voltar ao desenho da configuração do aparelho fonador e compará-lo com os dados do quadro poderá verificar que existe um pareamento com a conformação física – observe que vamos da parte frontal da boca (consoantes bilabiais) até o final da garganta (consoantes glotais).

Atente também para outro agrupamento interessante:

p/b, t/d, k/g, f/v, s/z, ʃ/ʒ etc.

Onde você acha que estaria a diferença entre os membros de cada par, já que em termos de ponto e modo de articulação eles compartilham exatamente das mesmas características? Esses pares são convencionados como sendo “pares mínimos” exatamente porque a diferença está unicamente relacionada a uma articulação que acontece na cavidade laríngea, ou seja, uma distinção na “sonoridade” indicada pelo estado da glote. Assim, enquanto os primeiros membros de cada par se caracterizam como fones surdos (desvozeados), a contrapartida são fones sonoros (vozeados) e tem a ver com a vibração, ou não, das cordas (“pregas”) vocais. Quando em início de palavra (ou sílaba), como nos exemplos dados acima, fica bastante fácil perceber essa diferença na sonoridade. Nós, como falantes do português, não temos dificuldade de reconhecer isso: afinal *pata* é diferente de *bata*, pois [p] é diferente de [b]. Não se trata, então, apenas de diferenças enquanto fones, mas também enquanto fonemas (/p/ e /b/), pois revelam diferença de significado, não é mesmo? No espanhol, você vai verificar nas suas aulas de língua, também temos esses pares mínimos e mais alguns que não acontecem no português.

Dando sequência a nosso estudo, passemos a refletir sobre as vogais, começando com as vogais da língua portuguesa. A princípio, precisamos ter clareza de que as vogais são produzidas sem obstrução ou fricção, no trato vocal (boca, língua, dentes etc.), da passagem do ar que vem dos pulmões. Você deve estar pensando: “Bom, se não há nenhum tipo de obstáculo à passagem do ar, como tais fones distinguem-se uns dos outros?” As vogais distinguem-se umas das outras porque, em sua produção, há mudanças na posição da língua e no arredondamento dos lábios. Produzir um *a* requer a língua em uma posição de repouso, e produzir um *o* exige o arredondamento dos lábios, para citar dois exemplos apenas. Não vamos entrar em detalhes quanto à posição da língua e dos lábios, porque se trata de uma disciplina introdutória, mas você poderá pesquisar quadros e esquemas representativos disso quando estiver mais seguro neste campo de estudo.

Outra questão a considerar, de início, é que, ainda que tenha havido importantes avanços no estudo das vogais, vamos manter, aqui, a

No futuro, você poderá aprofundar seus conhecimentos, buscando novas leituras, como Cristóforo Silva (2001), ou, em um nível de aprofundamento maior, Bisol (2001) – veja os detalhes dessas referências ao final deste livro.



Figura 3 - Mattoso Câmara Júnior

descrição clássica desses segmentos para que você possa familiarizar-se com a *discussão*.

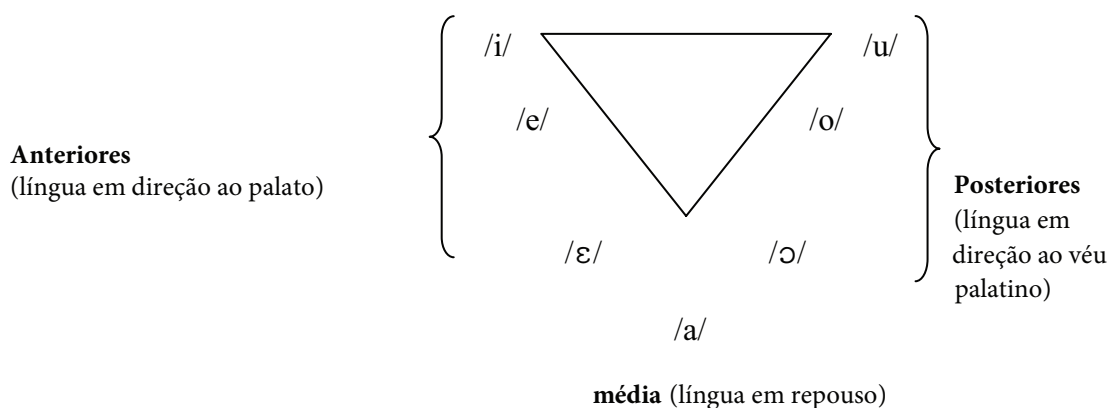
E como é essa descrição clássica das vogais? Trata-se de um olhar teórico que vem de um importante estudioso brasileiro chamado Mattoso Câmara Júnior (1970). Em português, podemos referir a existência de doze vogais, que podem ser orais (passagem do ar apenas pela cavidade oral) ou nasais (passagem do ar pelas cavidades oral e nasal). Vejamos o quadro a seguir.

Orais		Nasais	
/a/	mato	/ã/	imã manto
/e/	letra	/ẽ/	tempo gente
/ɛ/	teta	-	-
/i/	vida	/ĩ/	ruim ainda
/o/	boca	/õ/	põe ombro conto
/ɔ/	obra	-	-
/u/	rubro	/ũ/	rumba mundo

Existem discussões bastante complexas sobre as vogais nasais; Câmara Júnior (1970) já referia isso com muita propriedade. Não entraremos em tais detalhes, optando por tratar desses segmentos apenas como vogais nasais, não discutindo as tantas particularidades que há nesse universo; com o avanço nos estudos, você tomará contato com essas interessantes discussões.

Outro aspecto que precisamos registrar aqui é o fato de que as vogais podem ser *anteriores*, *médias* ou *posteriores*, dependendo do local

onde são articulados em nossa boca tais segmentos. Observemos a figura a seguir, baseada na representação triangular de Câmara Júnior (1970), que mostra a classificação das vogais segundo a *zona de articulação*, ou seja, o local onde são articuladas em nosso trato vocal. Imagine que o triângulo representaria a cavidade oral.



Observando a figura anterior, podemos concluir que, para produzir as vogais, a língua movimenta-se em nossa boca, deslocando-se mais para frente ou mais para trás. Vamos entender melhor o que significa cada qual dessas posições.

Vogal média	Vogais anteriores	Vogais posteriores
A vogal /a/ exige que a língua permaneça baixa, em estado de relaxamento.	As vogais /i/, /e/ e /ɛ/ exigem que a língua se eleve em direção ao céu da boca.	As vogais /u/, /o/ e /ɔ/ requerem que a língua se eleve em direção ao véu palatino (veja novamente o aparelho fonador para localizar essa parte do trato vocal que fica mais ao fundo do céu da boca).

Há vários outros detalhes no estudo classificatório das vogais, tanto quanto a outras teorizações, de configuração mais recente, em outros modelos teóricos, no que se refere ao estudo das vogais, mas deixemos isso para um tempo futuro, quando você estiver mais familiarizado com os estudos da fonética e da fonologia. Limitemo-nos a registrar os chamados *encontros vocálicos*, encontros de vogais e de vogais e semivogais. Vejamos isso no quadro a seguir.

Anteriormente, nos referimos às semivogais ou glides; trata-se de segmentos que não têm proeminência acentual, ao contrário das vogais. Talvez pudéssemos “dizer” que se apóiam nas vogais por ocasião da articulação nesses encontros vocálicos.

Ditongos	Tritongos	Hiatos
<p>Sequência de vogal mais semivogal em uma mesma sílaba. Pode ser:</p> <p>a) Ditongo crescente: semivogal + vogal: gló-ria; quatro (orais) e quando (nasal).</p> <p>b) Ditongo decrescente: vogal + semivogal: auto, pouco (orais) e põe (nasal).</p> <p>Obs.: os ditongos podem ser <i>orais ou nasais</i>, como você pôde ver nos exemplos.</p>	<p>Sequência de semivogal + vogal + semivogal. Também pode ser oral ou nasal.</p> <p>Orais: Paraguuai / averiguei</p> <p>Nasais: saguão/ saguões</p>	<p>Sequência de vogal + vogal pronunciadas em sílabas separadas:</p> <p>pa – ís;</p> <p>mo – e - da;</p> <p>vi – ú - va</p>

Por ora, vamos parar por aqui nosso estudo de fonética, mas advertimos que há muitos detalhes nessa discussão que merecem nossa atenção porque estão em constante processo de aperfeiçoamento e superação. Esperamos, de fato, que estudos de fonética possam vir a interessá-lo tão logo você domine melhor os caminhos teóricos da linguagem e lembramos que, em disciplinas específicas da língua espanhola, você aprenderá novos fonemas e fones, específicos daquele idioma.

Optamos, neste capítulo introdutório, por particularizar detalhes da fonética articulatória, mas não podemos concluir esta seção sem “dizer” a você que a fonologia é um vasto campo de estudos, que discute modelos teóricos com base em diferentes escolas, sobretudo, a escola gerativista. No universo de estudos fonológicos, são particularmente interessantes discussões sobre Fonologia Autossegmental, Fonologia Lexical, Fonologia Métrica, Teoria da Otimização. No futuro, assim que dominar melhor os conceitos de nossa área, você poderá estudar essas questões, partindo de Cristóforo Silva (2001), Mori (2006), até chegar a Bisol (2001), por exemplo. A teoria dos traços distintivos e os princípios fonológicos seguramente merecerão sua atenção cuidadosa em um futuro próximo.

Com relação a isso, cumpre-nos dizer-lhe, ainda, que as palavras e os morfemas, em qualquer língua, alternam sua pronúncia específica em dependência de determinadas condições. Essas condições, de

acordo com Ramers (1998, p. 65), são descritas sob o rótulo “Processos Fonológicos”. A alternância é dependente de:

- o contexto fonético;
- a posição dentro da palavra;
- as condições de ordem morfológica: traços flexionais e tipo de afixo;
- o ritmo da fala; e
- o estilo etc.

Isso pode ser facilmente comprovado, sem necessidade de entrarmos em discussões teóricas para tanto, com o que possibilita pronunciar *nós* como *nóis*, *peixe* como *pexe*, *ritmo* como *ritimo*, assim como pode ser explicada a razão do fonema [z] em *rapaz* ter som de [s], mas de [z] se imediatamente seguido por algo como *alto*, mas não quando for seguido por *gago* em cadeia sonora. Tudo isso, além de ser passível de descrição, também pode ser explicado. Aí voltamos ao nosso ponto da introdução: como cientista da linguagem é possível fazê-lo! Não é maravilhoso?

Resumo

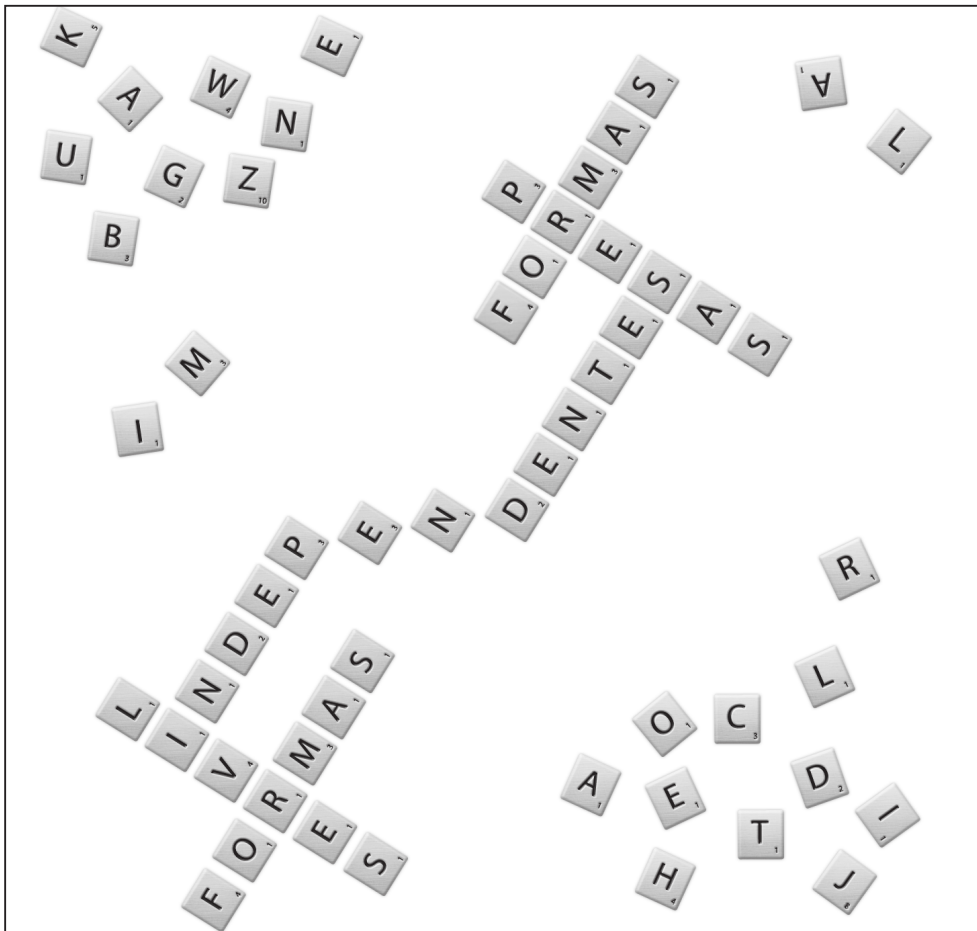
Apresentamos, neste capítulo, a área da Linguística que se ocupa dos sons da fala: a fonética e a fonologia. Mostramos a você que, ainda que o objeto de estudo de ambas seja o mesmo (os sons da fala), o que as faz intimamente relacionadas, trata-se de ciências distintas, cada qual com seu foco de estudo. A fonética estuda os segmentos sonoros em seu processo de emissão na fala (como se articulam os fonemas em determinado contexto linguístico, por determinado falante ou ainda por diferentes falantes; que órgãos anatômicos são mobilizados para tanto; como os sons se diferenciam entre si); já a fonologia ocupa-se do inventário de segmentos sonoros de uma língua (quais fonemas existem em uma língua). Particularizamos a fonética articulatória por conta de sua impor-

tância na descrição dos sons de fala, haja vista estarmos em um Curso cujo objeto de estudo é uma língua estrangeira: o espanhol. Assim, a forma como os sons devem ser articulados por nosso trato vocal (ponto e modo de articulação) deve fazer parte de nossos recursos atencionais em se tratando de questões de pronúncia. Ainda com a preocupação de facultar a você a “leitura” da pronúncia das palavras presentes em dicionários, apresentamos o Alfabeto Fonético Internacional (IPA).

De posse da capacidade de analisar e sistematizar o sistema fonológico de sua língua materna, esperamos que você entenda e produza o sistema fonológico do espanhol com maior facilidade. É nosso desejo, portanto, tê-lo sensibilizado quanto à importância desses conhecimentos para o seu sucesso como aluno e futuro profissional de Letras-Espanhol. Tendo focalizado os aspectos centrais da fonética e da fonologia para as finalidades deste estudo, passemos à Unidade B.

Unidade B

Morfologia



Adaptação livre.

2 Das noções básicas à análise morfológica

Ao final deste capítulo, você deverá ser capaz de identificar a morfologia como um dos níveis dos estudos linguísticos, caracterizando-a em seus principais fundamentos. Para tanto, apresentaremos os estudos de Mattoso Câmara Junior quanto ao vocábulo mórfico, assim como trataremos dos morfemas lexicais e gramaticais e dos processos de composição e derivação. Terminaremos o capítulo com um breve exemplo de uma análise morfológica.

2.1 Introdução

Em estudos mais recentes sobre a linguagem natural, o lugar da morfologia é o ponto de maior controvérsia (SANDALO, 2001). Enquanto alguns desconsideram totalmente esse nível na construção de uma teoria da gramática, há outros que a consideram o principal componente. Sua relação com a Fonologia é bastante estreita e por isso houve um período (década de 70 e início da década de 80) em que ela foi tratada dentro do componente fonológico (Fonologia Lexical), e, portanto, processada no léxico e, em função dessa adoção teórica, irrelevante para a Sintaxe.

Não cabe aqui toda a discussão em torno da evolução (ou involução) do papel da Morfologia, ao longo das últimas décadas, dentro de vertentes teóricas diversas – dentre elas citamos a Morfologia de Traços, a Morfologia Distribuída e o Minimalismo (a última versão do modelo gerativista). Mas o extremo da irrelevância ela atingiu na década de 60, quando a teoria da Gramática estava preocupada exclusivamente em buscar **universais** da linguagem, e esses eram “detectáveis” na Sintaxe, onde a similaridade entre as línguas se faz mais presente. Mas é importante frisar que, na atualidade, ela voltou a ganhar destaque similar ao que tinha na vertente estruturalista.

Assim sendo, vamos nos debruçar exatamente sobre as contribuições que o estruturalismo fez à área da Morfologia (ou vice-versa), uma vez que todo aparato terminológico e classificatório partiu daí. E nada mais apropriado para tal é começar com Mattoso Câmara Júnior, a quem já fizemos referências anteriormente e que foi um dos grandes estudiosos da estrutura da língua portuguesa, se não o maior.

2.2 Primeiras palavras

Mattoso Câmara Júnior, a quem já fizemos referência anteriormente, foi um dos grandes estudiosos da estrutura da língua portuguesa. Seus estudos sobre o *vocábulo mórfico* ou *formal* (1970) contribuíram significativamente para a análise mórfica. Para saber o que é o *vocábulo mórfico*, precisamos referir, ainda que brevemente, três importantes conceitos: *formas livres*, *formas presas* e *formas dependentes*, conceitos que vêm de Mattoso Câmara Júnior (1970), com base em um estudioso americano chamado Leonard Bloomfield, que publicou, no ano de 1933, uma importante obra intitulada *Language*. Vamos aos conceitos.

Formas livres	Formas presas	Formas dependentes
“Constituem uma sequência que pode funcionar isoladamente como comunicação suficiente, conforme livros no enunciado ‘O que você vai revender?’ ‘ <i>Livros</i> .’” (SILVA e KOCH, 2002, p. 18)	“[...] só funcionam ligadas a outras [formas], como o prefixo re em <i>revender</i> e a marca de plural em <i>livro-s</i> .” (SILVA e KOCH, 2002, p. 18)	Funcionam ligadas às formas livres, mas distinguem-se delas porque não podem funcionar isoladamente como comunicação suficiente; distinguem-se, também, das formas presas porque aceitam intercalação de novas formas e aceitam variação posicional na frase – é o caso, por exemplo, de artigos, preposições, pronomes átonos (SILVA e KOCH, 2002).

Então, o que é o *vocábulo mórfico* ou *formal*?

Silva e Koch (2002), baseadas em Câmara Júnior (1970), registram que o *vocábulo formal* ou *vocábulo mórfico* é a “[...] unidade a que se chega quando não é possível nova divisão em duas ou mais formas livres ou dependentes” (p.19). Esses conceitos são estabelecidos no nível

da sentença. Vejamos, então, a sentença “Os livros e as revistas de Joana foram rasgados.” Nela, podemos observar que:

livros...	..é uma forma livre...	...porque funciona isoladamente como comunicação suficiente (“O que você comprou?” “Livros.”)
-os na palavra livrosé uma forma presa...	...porque só funciona ligada a outra forma (<i>livr-</i>).
Os que antecede a palavra livrosé uma forma dependente...	...porque poderia mudar de posição na frase (Se, por exemplo, escrevêssemos <i>As revistas e os livros</i> ...).

Ficou mais claro agora? Bom, esses conceitos são fundamentais porque, normalmente, quando tratamos da estrutura morfológica da língua, referimo-nos a *palavras*, no entanto, a noção de *palavra* é bastante complexa. Se tomarmos, por exemplo, o pronome *lhe*, diremos que ele é uma palavra? E se tomarmos as expressões *construtor* e *aquela que constrói* – embora esta última expressão tenha, na maioria dos contextos, sentido muito semelhante à primeira, seguramente não diremos que é uma palavra, como refere Sandalo (2006). Tomemos, ainda, a diferença entre *palavras* na fala e na escrita – na escrita, chamamos de *palavras* os signos que são separados por espaços em branco. Na fala, porém, não há espaços em branco separando *palavras* – quando falamos, por exemplo, *casa amarela*, articulamos algo como *cazamarela*, em um todo único, em razão do *continuum* da fala e do mecanismo de coarticulação. Logo, tratar a palavra como unidade do estudo da morfologia envolve complexidade.

Assim, os conceitos *formas livres*, *presas*, *dependentes* e *vocábulo mórfico* ou *formal* parecem contribuir para clarificar em alguma medida essa complexidade. Além deles, há um outro conceito fundamental em se tratando do estudo da morfologia como nível de análise linguística: o conceito de *morfema*. Quando focalizamos, nas seções anteriores, a fonética e a fonologia, vimos que havia dois conceitos específicos – *fonos* e *fonemas*, unidades de análise fonética e fonológica respectivamente; na *morfologia*, as unidades para a análise morfológica são os *morfemas*.

Não devemos, porém, confundir o conceito de morfema com o conceito de formas livres, presas e dependentes. Enquanto estas últimas se estabelecem no nível da sentença – só podemos classificá-las observando seu grau de dependência ou independência na sentença; os morfemas se estabelecem no nível do vocábulo formal. Na sentença “Os livros e as revistas de Joana foram rasgados.”, que registramos anteriormente, você pôde observar que classificamos o Os do início da sentença como forma dependente e o –os de livros como forma presa – fizemos isso no plano da sentença e não no plano do vocábulo.

Estudar o nível de análise linguística *morfologia* implica estudar os morfemas que compõem o *vocábulo mórfico* ou *formal* – se você voltar ao quadro que inicia este capítulo, definindo os níveis de análise linguística, você verá que o estudo da *morfologia* está centrado nos *morfemas* que compõem o *vocábulo formal*.

No caso da sentença anterior “Os livros e as revistas de Joana foram rasgados.”, o estudo do *vocábulo formal* implicaria analisar o –os de livros não mais como *forma presa*, mas como *morfema* – neste caso, dois morfemas: o –o seria o que chamamos de *morfema classificatório* e o –s seria o que chamamos de *morfema flexional de número*. Essas classificações serão retomadas à frente. Vamos, então, discutir aspectos genéricos da análise mórfica. Não entraremos em detalhes dada a natureza introdutória deste estudo. Silva e Koch (2002, p. 20) escrevem com propriedade:

A análise mórfica consiste na descrição da estrutura do vocábulo mórfico, depreendendo suas formas mínimas ou morfemas, de acordo com uma significação e uma função elementares que lhe são atribuídas dentro da significação e da função total do vocábulo.

Por essa citação, podemos definir o que é morfema: *forma mínima do vocábulo mórfico com uma significação e uma função que lhe são atribuídas a partir da significação e da função do vocábulo mórfico.*

Para entender isso melhor, vamos classificar os diferentes tipos de morfemas e discutir tais *significação e função* – cada tipo de morfema tem uma função implicada na significação do vocábulo formal.

2.3 Morfemas lexicais e morfemas gramaticais

Existem dois grupos de morfemas: os *morfemas lexicais* e os *morfemas gramaticais*. Os *morfemas lexicais* contêm o sentido básico das palavras, enquanto os *morfemas gramaticais* veiculam noções como gênero, número, pessoa, modo, tempo etc. Todas as palavras que apresentam o mesmo morfema lexical são chamadas *cognatas* (por exemplo: **pobre**, **pobreza**, **empobrecer**, **pobremente** etc). Para entender isso melhor, observemos as palavras do quadro a seguir.

Vocábulo	Morfema destacado	Classificação do morfema em destaque
Pobreza	Pobr eza	Pobr- é um morfema lexical presente em toda a família de palavras que traduz esse significado.
Pobreza	Pobr eza	-eza é um morfema gramatical do tipo derivacional; neste caso, um sufixo que forma um substantivo.
Menino	Menin o	Menin- é um morfema lexical presente em toda a família de palavras que traduz esse significado.
Menina	Menin a	-a é um morfema gramatical do tipo flexional, indicativo de gênero feminino.
Cantor	Cant or	Cant- é um morfema lexical presente em toda a família de palavras que traduz esse significado.
Cantor	Cant or	-or é um morfema gramatical; neste caso, um sufixo formador de substantivo.
Cantar	Cant a r	-a é um morfema gramatical, neste caso, um morfema classificatório, uma vogal temática indicativa de verbo da primeira conjugação: -ar.
Cantaríamos	Cantaría mos	-mos é um morfema gramatical do tipo flexional, indicador de primeira pessoa do plural em verbos.

Complicado? Bom, estamos certas de que você pôde perceber que os *morfemas lexicais* são aquelas unidades presentes nos vocábulos de uma mesma família, as quais traduzem fundamentalmente a significa-

ção das palavras. Já os demais morfemas – *morfemas gramaticais* –, você seguramente observou que não traduzem a base de significação dos vocábulos, mas conferem a elas ideias de feminino ou masculino; singular ou plural; tempo, modo, pessoa verbal etc.

Poderíamos ir adiante em exemplos, mas o que queremos, com essa introdução, é mostrar a você os dois grandes grupos de morfemas: *lexicais* e *gramaticais*.

Os morfemas lexicais são aquelas unidades que aparecem em uma mesma família de vocábulos, atribuindo-lhes sua significação básica. Já os morfemas gramaticais são os morfemas que veiculam informações de flexão, de derivação, de classificação etc. dos vocábulos formais.

Vamos sistematizar isso melhor no quadro que segue, no qual especificamos os diferentes tipos de morfemas gramaticais. Quanto aos lexicais, não vamos particularizar detalhes, tais como a diferença entre radical e raiz, entre outras questões que você poderá estudar em um tempo futuro. Detalharemos os *morfemas gramaticais* porque sua subclassificação tem relevância aplicada no estudo da morfologia da língua.

Morfemas GRAMATICAIS	Definição	Exemplo
Tipos		
Morfemas gramaticais classificatórios	Têm como função enquadrar os vocábulos em classes de nomes e verbos. São as chamadas <i>vogais temáticas</i> .	Cant a r: o -a enquadra este vocábulo na classe dos verbos de primeira conjugação. Menin o : o -o enquadra este vocábulo na classe dos substantivos.
Morfemas gramaticais flexionais Obs.: há uma série de detalhamentos sobre a configuração que esses morfemas podem assumir, o que não discutiremos aqui. Caso você queira saber mais, leia Silva e	São morfemas responsáveis por veicular as seguintes informações: <u>Nos nomes</u> (substantivos e adjetivos): gênero (masculino e feminino) e número (singular e plural).	Menin a s: o -a é um morfema flexional que indica gênero feminino; o -s é um morfema flexional que indica plural. Canta ría mos: o -ria é um morfema flexional que indica modo Indicativo e tempo Futuro do Pretérito; o -mos é um morfema flexional indicati-

Koch (2002) ou o próprio Câmara Júnior (1970).	Nos verbos: categorias de modo e tempo, número e pessoa.	vo de número plural e de primeira pessoa .
Morfemas gramaticais derivacionais	Criam novas palavras na língua unindo-se aos morfemas lexicais. São os conhecidos <i>prefixos</i> e <i>suffixos</i> .	In feliz: o -in é um morfema derivacional que se une ao morfema lexical feliz para formar uma nova palavra. Feliz mente : o
Morfemas gramaticais relacionais	“Ordenam os elementos da frase, possibilitando a concatenação dos morfemas lexicais entre si.” (SILVA e KOCH, 2001, p. 26)	-mente é um morfema derivacional que se une ao morfema lexical feliz para formar uma nova palavra. São exemplos disso as preposições, as conjunções, os pronomes relativos.

Além de conhecermos os tipos de morfemas, há uma outra questão fundamental em se tratando do estudo da morfologia: como se formam os vocábulos. Ainda que não seja ocasião para entrarmos em detalhes, importa que saibamos que os vocábulos se formam, na maioria das vezes, por processos de união ou supressão de morfemas; os vocábulos que dão origem a outros são conhecidos como *primitivos*, e os vocábulos que derivam de outros são conhecidas como *derivados*.

2.4 Composição e Derivação

Os vocábulos formam-se basicamente por dois grandes processos: processos de **composição** ou processos de **derivação**. Vejamos tais processos (e outros processos menos frequentes) a seguir.

Composição

“Processo de formação de palavras que cria novos vocábulos pela combinação de outros já existentes, dando origem a um novo significado. Através desse processo combinam-se dois morfemas lexi-

cais, operando-se entre eles uma fusão semântica que pode ser mais ou menos completa”(SILVA e KOCH, 2002, p.33 e 34).

Por “fusão semântica mais ou menos completa”, entendamos união dos significados das palavras primitivas, mantendo-se tais significados em sua totalidade ou não. Em *girassol*, por exemplo, as ideias de *girar* e de *sol* estão mantidas; já em *pé-de-moleque*, nem a ideia de *pé* nem a ideia de *moleque* foram mantidas; os morfemas lexicais uniram-se para formar uma terceira ideia.

O processo de composição pode se dar por justaposição ou por aglutinação. Confira os tipos e exemplos a seguir.

- **Composição por justaposição:** os vocábulos primitivos que formam o novo vocábulo são mantidos lado a lado (com ou sem hífen), conservando sua autonomia fonética e de acento. Ex.: *girassol*, *pé-de-moleque*, *amor-perfeito*.
- **Composição por aglutinação:** os vocábulos se fundem em um todo fonético passando a ter um único acento, podendo haver perda de alguns de seus elementos fonéticos. Ex.: *planalto*, *pontagudo*, *aguardente*. (SILVA e KOCH, 2002).

Derivação

Processo em que prefixos e/ou sufixos se unem ao morfema lexical formando novas palavras.

Confira os tipos e exemplos a seguir.

- **Derivação prefixal:** um prefixo une-se ao morfema lexical formando novo vocábulo. Ex.: **infeliz**.

- **Derivação sufixal:** um sufixo une-se ao morfema lexical formando novo vocábulo. Ex.: feliz**mente**.
- **Derivação prefixal e sufixal:** um prefixo e um sufixo unem-se ao morfema lexical formando novo vocábulo. Ex.: **infelizmente**.
- **Derivação parassintética:** um prefixo e um sufixo unem-se *simultaneamente* a um morfema lexical, formando novo vocábulo. Ex.: **entardecer**. (Nesse tipo de derivação, a retirada do prefixo ou do sufixo implica ausência de significado, o que não ocorre na derivação prefixal e sufixal – em *in feliz mente*, exemplo dado no item anterior, se retirarmos o prefixo ou o sufixo, continua a existir uma palavra.)
- **Derivação regressiva:** ocorre a subtração de morfemas do vocábulo primitivo para formar nova palavra. Ex.: corte (de cortar); caça (de caçar).
- **Derivação imprópria:** ocorre quando uma palavra muda sua classe gramatical. Ex.: manga **rosa** (o substantivo **rosa** passa a funcionar como adjetivo); cantar **baixo** (o adjetivo **baixo** passa a funcionar como advérbio) (SILVA e KOCH, 2002).

Abreviação

Processo que implica o “[...] emprego de uma parte da palavra pelo todo, até limites que não prejudiquem a compreensão”. (SILVA e KOCH, 2002, p. 35).

Há teóricos que concebam que o processo da abreviação abrange a *abreviatura* e a *sigla* (BELTRÃO e BELTRÃO, 19998) ou a *abreviatura*, a *sigla* e o *símbolo* (KASPARY, 1998), mas isso não será particularizado aqui. Confira os tipos e exemplos a seguir.

- **Foto** (de fotografia); **moto** (de motocicleta), **pneu** (de pneumático) etc.

Você pode facilmente perceber que, em alguns desses casos, a palavra primitiva parece estar em efetivo desuso.

Reduplicação e onomatopéia

Processo que implica a repetição de sílabas para formar novos vocábulos. “Quando é imitativa e procura reproduzir aproximadamente certos sons ou certos ruídos, tem-se as onomatopéias.” (SILVA e KOCH, 2002, p. 36)

Confira os tipos e exemplos a seguir.

- **Reduplicação:** Dudu.
- **Onomatopéia:** tique-taque.

Siglas

“Redução de longos títulos às letras iniciais das palavras que os compõem.” (SILVA e KOCH, 2002, p. 36)

Confira os tipos e exemplos a seguir.

- **INSS** (de Instituto Nacional de Seguridade Social)

Em se tratando deste nível de análise, a *morfologia*, poderíamos, ainda, discutir particularidades da flexão dos nomes e dos verbos. Abriremos mão dessa discussão, delegando-a a você em seus estudos futuros, para o que voltamos a referir Silva e Koch (2002) e o próprio

Mattoso Câmara Júnior (1970). Há, ainda, uma outra obra de conteúdo bastante acessível na qual você pode retomar essas questões, ampliá-las e exercitar seus conhecimentos: Laroca (2003). Todas essas obras estão devidamente referidas na bibliografia deste livro.

Não podemos ir adiante, porém, sem esclarecer a você que todas essas considerações que fizemos aqui sobre morfologia inscrevem-se no quadro teórico da escola estruturalista. A escola gerativista, no entanto, tem fecundas discussões sobre questões morfológicas e parece ser a escola que hoje encontra maiores adeptos no trato dessa questão. Não nos ateremos a ela, aqui, porque entendemos que, sendo uma disciplina introdutória, devemos inserir você no conjunto dessas discussões, o que significa focalizar a morfologia estruturalista, dado que é a partir desses estudos que novas discussões, sob outros parâmetros teóricos, têm se instaurado.

A teoria gerativa padrão, que você conhecerá melhor em outras disciplinas, discute, por exemplo, as relações entre Fonologia e Morfologia, mapeando, por meio de regras de transformação, os ambientes em que ocorrem mudanças. Em fronteira de vocábulos, por exemplo, tais mudanças costumam se processar: tomemos o plural do vocábulo *casa* – se estiver em uma sentença em que for seguido de vocábulo iniciado por segmento sonoro, o *-s* que marca o plural e corresponde ao fonema /s/ passará a corresponder ao fonema /z/: *cazaz amarelas*; já se vier seguido de vocábulo iniciado por segmento surdo, o fonema /s/ será mantido: *casas pretas*. A morfologia **estrutural** focaliza mudanças, por exemplo, em fronteiras entre morfemas – se tomarmos a forma verbal *partis* (vós *partis*), veremos que houve um processo de fusão entre morfemas:

Morfema Lexical		Morfemas gramaticais	
Radical	Morfema classificatório – vogal temática	Morfema flexional – Desinência de modo e de tempo	Morfema flexional – Desinência de pessoa e de número
Part	i	φ (ausência de marca)	is

Podemos observar que o *-i* do segundo quadro, uma vogal temática, fundiu-se com o *-i* do *-is*, desinência de pessoa e número. Nesses casos, observamos uma mudança na fronteira entre morfemas. A existência de mudanças nas fronteiras entre morfemas e nas fronteiras entre vocábulos é objeto da atenção da Fonologia que, no quadro teórico do **gerativismo**, passou a ser concebida como Fonologia Lexical (processada no léxico) e Fonologia pós-lexical (processada nas estruturas sintáticas) – dentro da teoria gerativa, a morfologia passou a ser tratada dentro do quadro da fonologia lexical. Escreve Sandalo (2006, p. 190, 191):

Com a apresentação da teoria gerativa na década de sessenta, a morfologia e a descrição morfológica [...] como desenvolvidas pelos estruturalistas, perderam espaço. [...] Nesse momento, passou-se a buscar os universais da linguagem. Por esse motivo, a Sintaxe (i.e., o estudo da formação das sentenças) passou a ser o ponto central da Gramática, uma vez que é na sintaxe que vemos uma maior similaridade entre as línguas. Como a Morfologia tem uma relação bastante importante com a Fonologia, a Morfologia passou a ser tratada dentro do componente Fonológico [...] Deixou de ser, assim, um componente da Gramática. É natural, assim, que a Morfologia tenha perdido espaço nessa época. Dentro do quadro gerativista das décadas de setenta e oitenta, passou-se a assumir que cada componente da Gramática deveria corresponder a um módulo independente governado por seus princípios particulares. Cada módulo seria, assim, completamente independente do outro. [...] A Morfologia passou se ser tratada dentro do quadro da Fonologia Lexical. [...] De acordo com Chomsky (1970), a sintaxe seguiria toda e qualquer operação lexical, manipulando palavras inteiras, sendo, portanto, **cega à estrutura interna das palavras, isto é, à operações lexicais. Essa perspectiva, no entanto, se mostrou simplista demais no decorrer da década de oitenta.** (grifo nosso)

Anderson (1982/1992) questionou essas concepções. Em estudo futuro, você certamente conhecerá a chamada *Hipótese lexicalista* e poderá enfronhar-se melhor nessa interessante discussão. O que importa registrarmos, por ora, é que Chomsky (1993/1995), em estudos posteriores, dentro do chamado *Programa Minimalista*, reformulou o papel da morfologia dentro da teoria linguística, conferindo-lhe novamente

destaque, mas mantendo-a como parte da sintaxe, mas essa é uma discussão para o futuro. Assim, teorizações de base gerativista ou teorizações com base na chamada *Teoria da Otimidade*, hoje em franca expansão, ficarão para mais tarde.

2.5 Uma Análise Morfológica

Antes de concluir este capítulo, vamos proceder uma análise morfológica completa de uma palavra complexa (em se tratando do número de morfemas e de alomorfa), dentro dos parâmetros estabelecidos pelo estruturalismo. O exemplo foi extraído de Kehdi (1990, p. 54-56) com algumas adaptações:

Agora, muita atenção, pois o vocábulo que iremos analisar é: *confiabilidade*

Em relação ao par inicial *confiabilidade* e *confiável* é preciso, previamente, levar em conta outros grupos na língua que possuem comportamento análogo: *aceitabilidade* x *aceitável*, *amabilidade* x *amável*, *durabilidade* x *durável* etc. Nesses pares, observamos que os elementos primeiros são substantivos abstratos correspondentes aos adjetivos que constituem o segundo elemento do par. A terminação *-vel* dos adjetivos passa regularmente a *-bil-* nos substantivos, permitindo-nos concluir que *-bil-* é uma forma variante de *-vel*. Assim, podemos concluir que *confiável* e *confiabil-* são formas correspondentes. Sendo assim, o segmento diferencial, destacável, é *-idade*, sufixo. A ocorrência de *-dade* (sem o *-i-*), em vocábulos como *bondade*, *lealdade*, *ruindade*, leva-nos a interpretar o *-i-* como vogal de ligação. Mas se optarmos por uma classificação mais “econômica”, também podemos considerar *-idade* como alomorfe de *-dade*. Continuando, procedemos agora à comparação de *confiável* e *fiável* e depreendemos *con-* como prefixo. Prosseguindo, estabelecemos um novo par: *fiável* x *fia*, que nos leva a destacar *-vel* como sufixo (que no caso do vocábulo em questão se apresenta sob forma do alomorfe *-bil*). Comparando agora *fia* x *fio* segmentamos *-a* (e também *-o*, mas que não nos interessa nesse caso). O *-a* segmentado leva-nos

à interpretação de terceira pessoa do singular do presente do indicativo. No entanto, podemos corrigir essa classificação, levantando formas como *fiava* x *fiáramos* x *fiassem* onde a ocorrência de *-a-* é constante, independente de modo/tempo e número/pessoa; trata-se, na verdade, da vogal temática da primeira conjugação.

Retomando os morfemas destacados, temos como resultado:

con-: prefixo

fi-: radical

a-: vogal temática (1ª conjugação)

-bil-: alomorfe do sufixo *-vel*

-idade : alomorfe de *-idade* (ou *-i-*: vogal de ligação)

Gostou da empreitada? Um comentário final: observe, também, que os adjetivos terminados em *-z*, quando seguidos dos sufixos *-dade* e *-íssimo*, alternam o *-z* em *-c-*, conforme ilustram os exemplos: *capaz* / *capacidade* / *capacíssimo*, *feliz* / *felicidade* / *felicíssimo*, *veloz* / *velocidade* / *velocíssimo*.

Chegamos ao final de nossas considerações sobre o nível de análise linguística “morfologia”. Fizemos as nossas incursões nessa área dentro do quadro teórico do estruturalismo, que nos permitiu uma familiarização básica com a terminologia e com a metodologia utilizada para depreensão dos morfemas do português e para uma classificação primária dos mesmos, tanto sob a ótica funcional como a formal.

Resumo

Neste capítulo, em que estudamos a Morfologia à luz da escola estruturalista, apresentamos a noção de *vocabulo mórfico* ou *formal*, bem como o conceito de *formas livres*, *presas* e *dependentes*, as quais se estabelecem por ocasião de seu grau de (in)dependência em uma sentença. Por sua

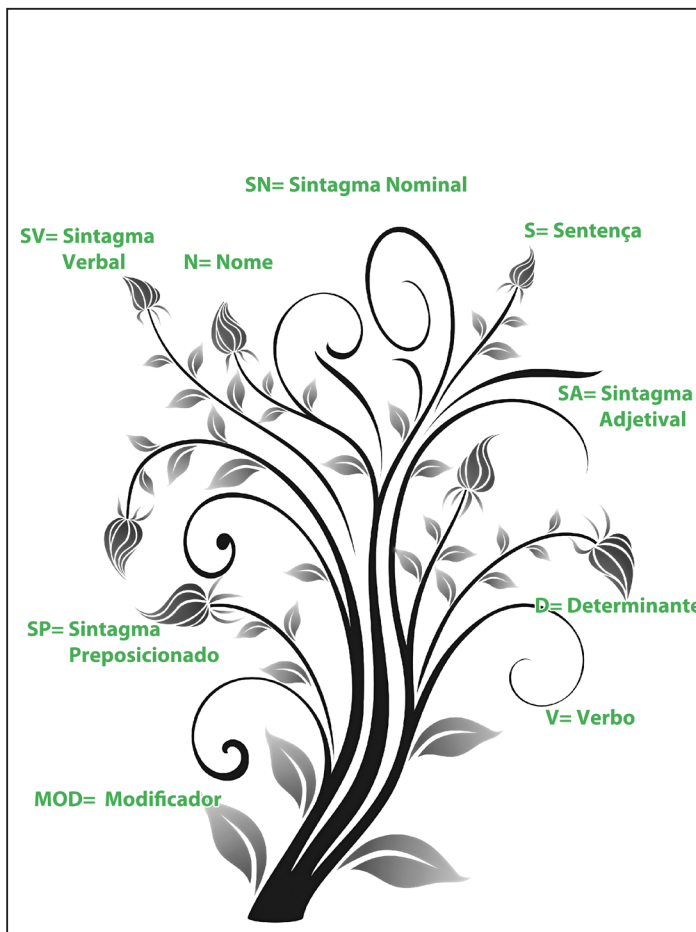
vez, o conceito de morfema – menor unidade de significado – está atrelado ao nível do *vocábulo formal*. Vimos que há dois tipos de morfemas: os lexicais – que contêm o sentido básico das palavras – e os gramaticais – que informam gênero, número, pessoa, modo, tempo etc.

Outra questão de fundamental importância nos estudos da morfologia é o entendimento de como se dá a formação de vocábulos em uma língua. Nesse sentido, reconhecemos que os vocábulos se formam, primordialmente, a partir de processos de composição – quando a combinação de vocábulos já existentes origina novos vocábulos – e derivação – quando afixos se unem a morfemas lexicais.

No próximo capítulo, dedicado à Sintaxe, voltaremos a fazer pontes com o que foi discutido neste sobre a Morfologia, uma vez que dissociar essas duas áreas, conforme “falamos” anteriormente, é ponto de controvérsia.

Unidade C

Sintaxe



Adaptado de: sxc.hu

3 Do gerativismo ao funcionalismo: uma visão panorâmica

Ao final desta seção, você deverá ser capaz de identificar a sintaxe como um dos níveis de estudos linguísticos, caracterizando-a em seus principais fundamentos. Ênfase será dada à escola gerativista e, dentro dela, à Gramática Gerativa Transformacional de Chomsky correspondente ao período de 1957 a 1965 – Teoria Padrão, fazendo alusões pontuais aos estudos de sintaxe aos olhos da Gramática Tradicional. Adicionalmente, apresentaremos, ainda que também de forma preliminar, uma abordagem funcional – hallidayana – à Sintaxe.

3.1 Introdução

A sintaxe tem ganhado projeção e atenção dos estudiosos da língua, sobretudo, desde a segunda metade do século XX, de modo a firmar-se como um dos mais importantes níveis de análise linguística na atualidade. Esse *status* deve-se, em grande medida, aos estudos da escola gerativista, em especial graças às pesquisas de um dos maiores linguistas de todos os tempos, ainda vivo e em atividade, o americano Noam Chomsky, a quem já fizemos referência em capítulos anteriores.

Os estudos de *Chomsky* e de seus colaboradores e seguidores projetaram a sintaxe como fecundo campo de análise, gerando um conjunto de teorias tão interessantes quanto complexas, teorias cujos eixos de estruturação precisam ser minimamente conhecidos por estudiosos da área da linguagem.

Paralelamente à discussão da sintaxe gerativa, persiste, nos estudos das Letras, o estudo da sintaxe tradicional, com suas bases teóricas bem menos complexas, mas capazes de suscitar inúmeras discussões dadas as tantas lacunas que trazem consigo, questão que você pode relembrar

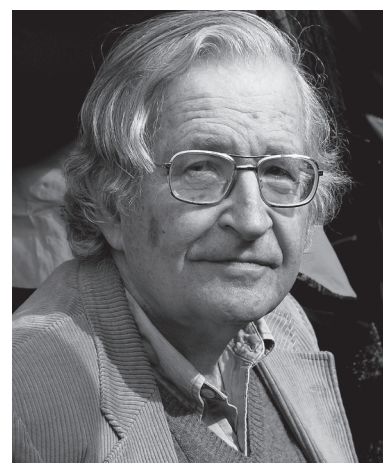


Figura 4 - Noam Chomsky. Fonte: <http://wikipedia.org>

Noam Chomsky nasceu em 7 de dezembro de 1928, na Filadélfia, Estados Unidos. É professor de linguística e filosofia no Massachusetts Institute of Technology (MIT) e também um ativista político incansável em suas manifestações contra o capitalismo americano. Para saber mais, acesse o portal UOL Educação. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/noam-chomsky.jhtm>>. Acesso em 1 mar. 12.

em Dellagnelo e Cerutti-Rizzatti (2008), por ocasião da discussão acerca da gramática tradicional. Além disso, é claro, há estudos de sintaxe com base em outras escolas de pensamento linguístico, como o funcionalismo. Berlinck, Augusto e Scher (2006, p. 212) escrevem:

Pensar a Sintaxe segundo uma perspectiva funcionalista, implica, então, alargar a análise para além dos limites da sentença. Os processos sintáticos são entendidos aqui pelas relações que o componente sintático da língua mantém com os componentes semântico e discursivo. Só é possível compreender o que se passa na Sintaxe, olhando também para o contexto (texto e/ou situação comunicativa) em que a sentença está inserida. É nesse espaço ampliado de análise que se vão buscar as modificações das escolhas que o falante faz em termos estruturais.

Não nos deteremos, nesta disciplina introdutória, nos detalhes da sintaxe funcional ou gerativa, porém gostaríamos de lhe falar, ainda que brevemente, acerca dessas vertentes. Então, vamos lá.

3.2 A Sintaxe Gerativa

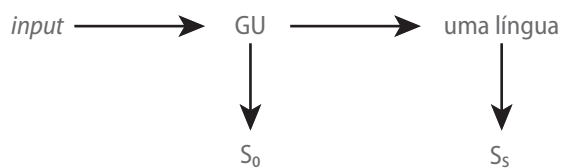
Vamos nos debruçar sobre a sintaxe gerativa, conhecida também como abordagem formalista da sintaxe. Berlinck, Augusto e Scher (2006, p. 211):

A visão formalista se revela neste programa [programa de investigação da gramática gerativa], em primeiro lugar na preocupação primordial com as propriedades estruturais de uma língua. Em outras palavras, Chomsky adota uma perspectiva formalista para a análise dos dados lingüísticos dos quais se ocupa, tentando, pelo estudo da língua em termos de suas partes, determinar os princípios de sua organização, para então estabelecer as relações entre elas e o seu uso.

Não nos serão dados, porém, aqui, detalhes da sintaxe gerativa, em razão da complexidade dessa vertente teórica e do tempo de discussão que isso demandaria. Poderíamos mapear estágios do pensamento de Chomsky, por exemplo, que iriam da Teoria Padrão, Teoria Padrão Es-

tendida, Teoria de Princípios e Parâmetros ao Programa Minimalista, o que denota um processo de refinamento teórico que, ao mesmo tempo em que se destina a reduzir a amplitude das regras propostas, traz consigo crescente complexidade formal e o requisito de domínio de uma *maquinaria* conceitual expressiva.

O que continua sendo uma unanimidade subjacente a todos esses modelos é que os mecanismos responsáveis pela linguagem são inatos e, portanto, não levam em conta aspectos culturais. Assume-se assim que todas as línguas são regidas por princípios universais a que damos o nome de “gramática universal” (doravante GU). Essa GU constitui o estado inicial da faculdade da linguagem (S_0), e a gramática do indivíduo adulto constitui o seu estágio final, firme ou estável (S_s), de acordo com Raposo (1992, p. 46).



S_0 = estágio inicial da aquisição

S_s = estágio estável / gramática adulta (*stable stage*)

Optamos por referir a sintaxe em uma perspectiva gramatical descritiva, lançando mão de alguns **conceitos básicos** da Gramática Gerativa Transformacional de Chomsky correspondente ao período de 1957 a 1965 – Teoria Padrão, de modo a ilustrar a importância de analisar as estruturas sintáticas a partir da hierarquia que revelam em sua estrutura profunda. Sugerimos a você, para um aprofundamento futuro dessa questão, o estudo da obra de *Lúcia Lobato e de Carlos Miotto*, estudiosos que têm se dedicado a desvendar o gerativismo para os iniciantes nesse campo.

Se você retomar as seções anteriores, observará que cada qual dos níveis particularizados apresenta uma unidade de análise: as unidades de análise da *fonética* são os *fonos*; da *fonologia* são os fonemas; da *morfologia* são os *morfemas*. Muito bem, e qual é a unidade de análise da *sintaxe*? A unidade de análise da sintaxe é a *sentença*.

O Prof Carlos Miotto (UFSC), junto com suas colegas Figueiredo e Silva e Lopes, escreveram o primeiro manual de sintaxe de orientação gerativista do Brasil. Este livro, dada a sua relevância e orientação didatizada, já se encontra em sua 3ª edição, sendo utilizado em muitos cursos de Letras do país.

Estudar a sintaxe implica focalizar o que chamamos de *constituintes oracionais*, os *sintagmas*. Mas o que são *sintagmas*?

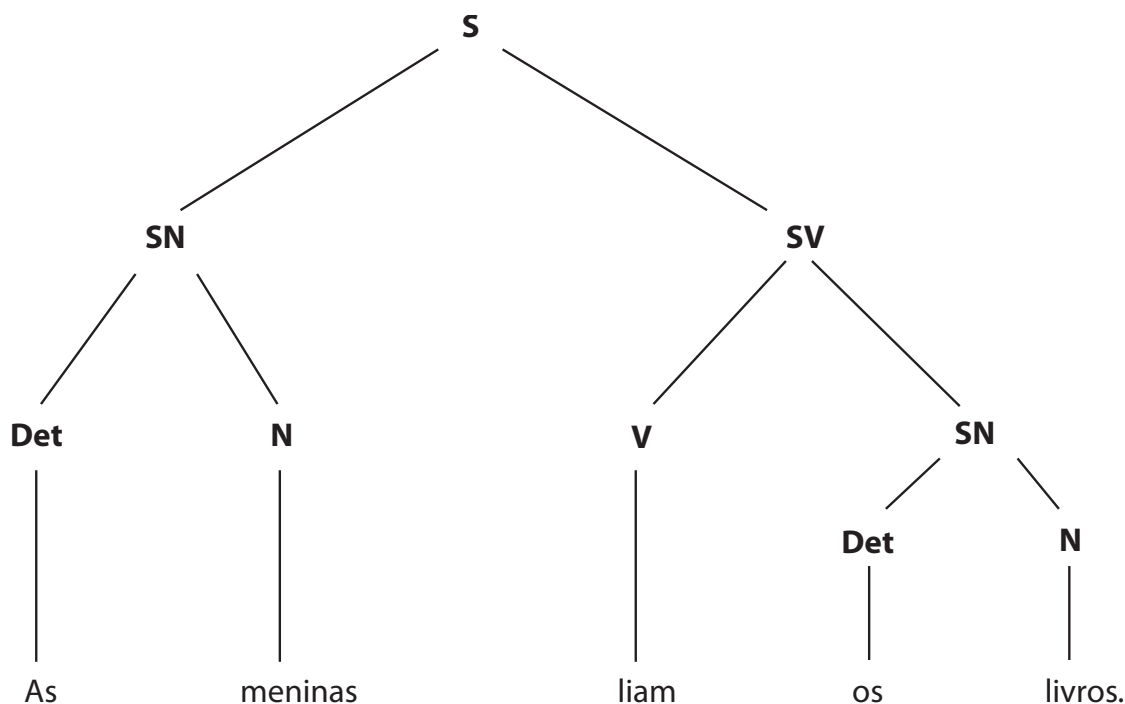
Sintagmas são unidades que se organizam em torno de um núcleo, no interior da oração, mantendo entre si relações de dependência e de ordem.

Observemos a seguinte sentença: *As meninas liam os livros*. Podemos decompô-la em dois grandes sintagmas: um que tem como núcleo um nome substantivo, *meninas*, e outro que tem como núcleo um verbo, *liam*.

As meninas	liam os livros.
Este trecho da frase forma uma unidade porque as palavras mantêm relações de dependência entre si: as refere-se ao núcleo meninas ; mantêm, também, relações de ordem: as não pode vir após meninas . Trata-se, pois, de um <i>sintagma nominal</i> porque o núcleo desta unidade é o nome <i>meninas</i> .	Este trecho forma uma unidade porque as palavras mantêm relações de dependência entre si: os livros referem-se ao verbo ler . Trata-se, pois, de um <i>sintagma verbal</i> porque o núcleo desta unidade é o verbo ler .

Uma sentença apresenta como constituintes básicos um *sintagma nominal* (SN) e um *sintagma verbal* (SV). Retomemos a nossa sentença, agora, representando-a sob forma arbórea, conforme teorizações iniciais da Gramática Gerativa Transformacional. Antes, observe o que cada qual das siglas significa:

S = sentença
 SN= sintagma nominal
 SV= sintagma verbal
 DET= determinante
 N= nome
 V= verbo

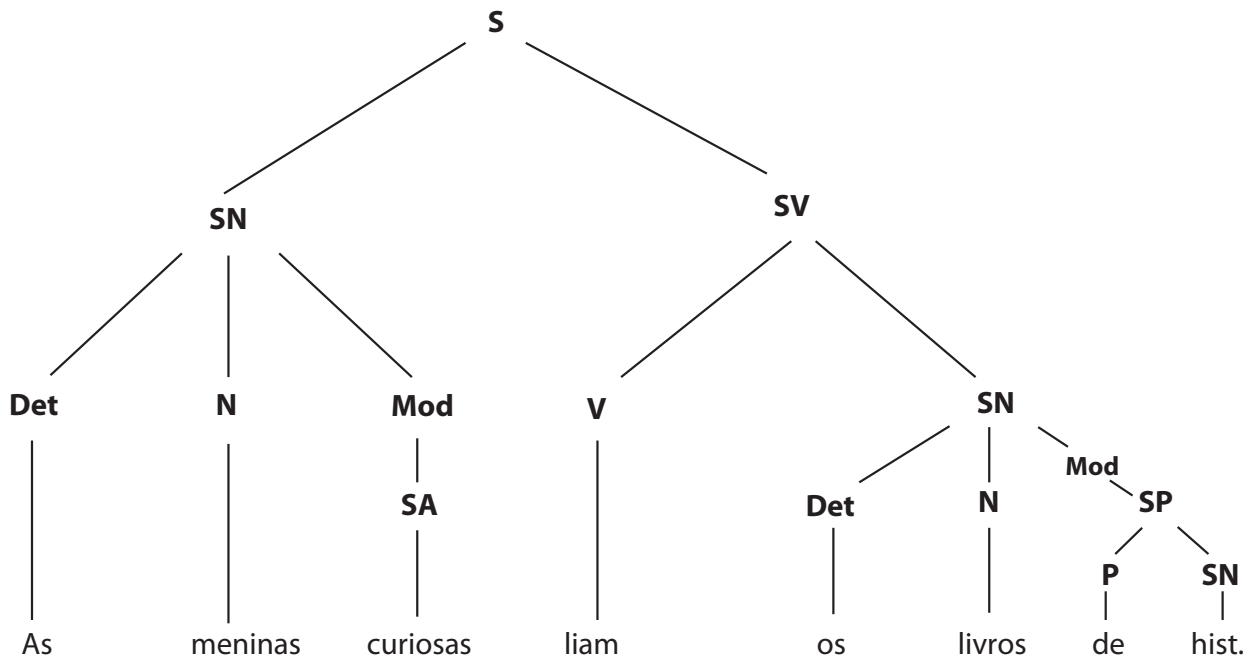


Nessa *árvore*, você pode observar as relações existentes entre os vocábulos. Fica bastante visibilizada a correlação entre as palavras que formam cada um dos sintagmas. Como você pode ver, *determinante*, nestes dois casos, são os artigos **as** e **os** que determinam o substantivo em gênero e número. Os determinantes são constituídos por artigos, numerais e pronomes adjetivos. As estruturas oracionais, porém, podem ser bem mais complexas, apresentando um maior número de elementos, como *sintagmas preposicionais* e *sintagmas adjetivais*. Vamos ver um exemplo disso? Podemos aumentar a nossa sentença assim: *As meninas curiosas liam os livros de histórias*. Como ficaria essa arborização? As novas siglas, aqui, são:

SP= *sintagma preposicionado*

SA= *sintagma adjetival*

MOD= *modificador*



Podemos ver, no exemplo, a manutenção dos dois grandes sintagmas: o *sintagma nominal* constituído pelo fragmento *As meninas curiosas*, e o *sintagma verbal* constituído pelo fragmento *liam os livros de histórias*. No interior dos dois sintagmas, porém, podemos observar cada qual das unidades que os constituem:

a. no sintagma nominal, há:

- um *determinante* formado pelo artigo *as*;
- um *nome* – núcleo deste sintagma – o substantivo *meninas*;
- um *modificador*, um *sintagma adjetival*, formado pelo adjetivo *curiosas*.

b. No sintagma verbal, há:

- um *verbo* – *liam* –, núcleo deste sintagma;
- um sintagma nominal formado por:

- um *determinante* – o artigo *os*;
- um *nome* – núcleo deste sintagma – o substantivo *livros*;
- um *modificador*, um *sintagma preposicionado*, formado pela preposição *de* e pelo nome *histórias*.

Podemos ter sintagmas nominais no interior de um sintagma verbal e podemos ter *sintagmas adjetivais* e *sintagmas preposicionais* no interior de sintagmas nominais, chamados, nesse caso, de *modificadores*, ou seja, elementos que modificam os nomes. Estamos certas de que você achou complexas essas arborizações, mas precisamos registrar que se trata apenas de alguns exemplos bastante simples das possíveis formas de representar a hierarquização entre os constituintes oracionais; ou seja, a forma como se relacionam os elementos que compõem as sentenças. O objetivo desse registro é apresentar a você um dos caminhos para a análise das estruturas sintáticas; neste caso, a partir dos princípios **fundadores** da Gramática Gerativa Transformacional.

Podemos estudar as estruturas oracionais no âmbito das relações internas entre os constituintes de uma mesma oração – a Gramática Tradicional chama isso de *sintaxe interna* e nomeia os tipos de termos que compõem esse estudo:

- *termos essenciais da oração* (sujeito, predicado e predicativo);
- *termos integrantes da oração* (objeto direto, objeto indireto, complemento nominal e agente da passiva); e
- *termos acessórios da oração* (adjunto adnominal, adjunto adverbial, aposto e vocativo).

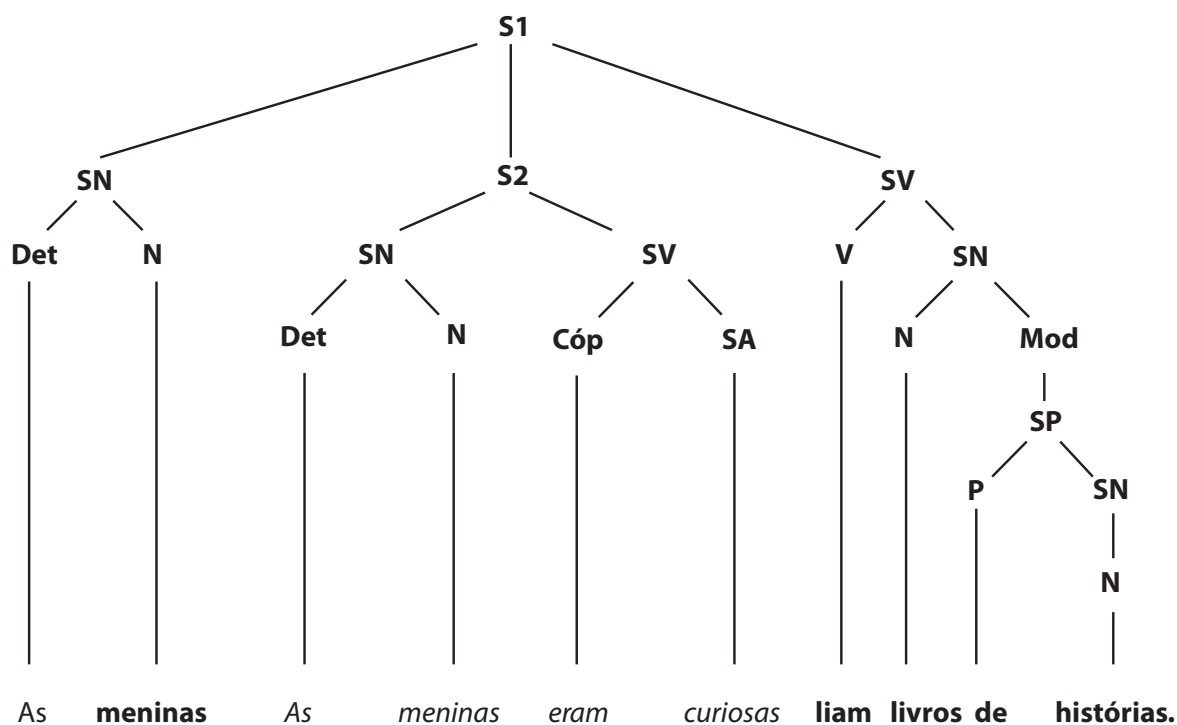
No caso da nossa sentença *As meninas curiosas liam os livros de histórias*, o sintagma nominal *As meninas curiosas* funciona como *sujeito* do sintagma verbal *liam livros de histórias*. Já o sintagma nominal *livros de histórias* funciona como complemento verbal (objeto direto) do verbo *liam*.

Podemos, ainda, estudar outro tipo de relações, as relações que uma oração estabelece com outras orações – a Gramática Tradicional chama esse estudo de *sintaxe externa* e classifica dois grupos de orações nele inseridas: as *orações coordenadas* (aditivas, adversativas, alternativas, explicativas e conclusivas) e as *orações subordinadas* (adjetivas, substantivas e adverbiais).

Não é nossa preocupação estudar sintaxe segundo a Gramática Tradicional, por razões que já aludimos aqui, mas sugerimos a você que, caso não se recorde desses conceitos (que deveriam ter sido estudados no ensino médio), retome um manual de gramática e refaça seus estudos, porque conhecer a sintaxe segundo a Gramática Tradicional pode contribuir para compreender melhor as discussões da sintaxe sob a perspectiva dos estudos linguísticos; afinal, a Linguística, ao criticar a Gramática Tradicional, vai muito além dela, mas há conceitos que se entrecruzam e que, por isso, merecem ser conhecidos também sob o ponto de vista da Gramática Tradicional para que as críticas e os avanços da Linguística sejam de fato compreendidos.

Pensando no que a Gramática Tradicional chama de *sintaxe externa*, ou seja, as relações sintáticas estabelecidas entre as orações, retomemos a nossa sentença, agora com outras mudanças: *As meninas que eram curiosas liam livros de histórias*.

Nesse caso, podemos observar que não há mais apenas um verbo, mas dois verbos; assim, estamos diante de dois sintagmas verbais, porque temos, nesta sentença, duas estruturas oracionais inter-relacionadas. Vamos à *arvore*?



Observe, no interior da sentença, **As meninas liam livros de histórias** – escrita em negrito –, há outra estrutura oracional: *As meninas eram curiosas* – escrita em itálico. O sintagma nominal *As meninas*, neste caso, foi inteiramente substituído pelo pronome *que*, e a estrutura final ficou *As meninas **que** eram curiosas liam livros de histórias*.

Nosso objetivo, ao mostrar essas arborizações, é registrar que a sintaxe, como nível de análise linguística, preocupa-se com as estruturas oracionais, com os sintagmas que constituem tais estruturas; busca representar as relações existentes entre eles com vistas a explicitar as implicações de sentido que derivam dessas mesmas relações.

As arborizações que mostramos aqui correspondem a fases iniciais dos estudos de Chomsky na Gramática Gerativa Transformacional. Hoje, esses estudos evoluíram significativamente, havendo vários desdobramentos teóricos como a *Teoria Padrão Estendida*, a *Teoria de Princípios e Parâmetros* e o *Programa Minimalista*. Optamos por colocar você em contato com os conceitos básicos da sintaxe gerativa porque

Em S2, observe que há uma nova sigla, Cóp, que significa CÓPULA; neste caso e para as finalidades deste estudo introdutório, podemos entendê-la como sinônimo de verbo de ligação.

Para conhecer melhor essas teorias, pesquise algumas produções dos autores já referidos neste capítulo, além das obras do próprio Chomsky, mas isso exigirá de você uma base informacional um pouco mais efetiva, o que será consolidado ao longo do curso.

este é um estudo de natureza introdutória. Após essa incursão acerca dos estudos gerativistas em sintaxe, nosso olhar recai sobre a perspectiva funcionalista de Halliday.

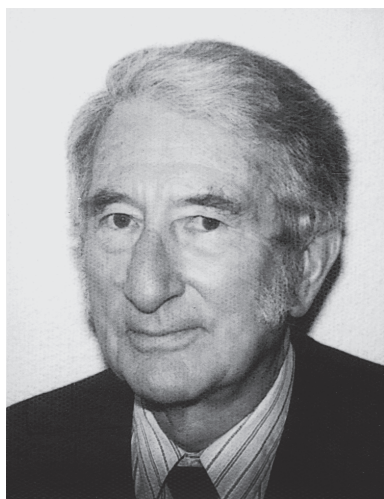


Figura 5 - Michael Alexander Kirkwood Halliday. Fonte: <http://wikipedia.org>

3.3 A Gramática Sistêmico-Funcional Hallidayana – um brevíssimo olhar

Para que possamos fazer uma breve incursão em uma perspectiva que analisa língua levando em consideração seus aspectos funcionais, vamos centrar nossa atenção na proposta Hallidayana, chamada de Gramática Sistêmico-Funcional.

Nessa perspectiva, a língua é vista como um sistema, no sentido de Saussure, portanto, previsível e sistemático, passível de regras e regulações. Porém, se fôssemos simplesmente nos ater a questões do sistema ‘per se’, qual seria a inovação dessa perspectiva, não é mesmo?

A gramática proposta por Halliday (1994) é chamada de gramática sistêmico funcional devido ao fato de levar em consideração questões relacionadas ao significado (base semântica) e ao uso (funcional) de uma determinada língua e por considerar a existência de uma rede de sistemas que constituem uma língua. Seus objetivos são descrever o sistema da língua e as formas pelas quais esse sistema se relaciona com os textos, sendo estes entendidos como instâncias reais da língua. (Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/9467/9467_6.PDF>. Acesso em: 1 mar. 12.).

Michael Alexander Kirkwood Halliday (MAK Halliday) nasceu em 13 de abril de 1925, em Leeds, Yorkshire, Inglaterra. Para saber mais, acesse as referências indicadas na Wikipedia. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Michael_Halliday>. Acesso em: 1 mar. 12.

Na sessão anterior, abrimos espaço para falar de uma abordagem formalista de análise linguística e centramos nossa atenção no Gerativismo, que prima pelo estudo das características internas da língua, tais como a natureza de seus constituintes e da relação entre eles. O grande foco da análise linguística, nessa perspectiva, se dá em relação a seu aspecto formal no nível da sentença, não é mesmo? Ademais, a ordem dos

constituintes sintáticos de uma sentença é tratada em termos de propriedades internas ao sistema linguístico ou de possibilidades de variação que se verificam nesse mesmo sistema.

Na perspectiva funcionalista que iremos brevemente abordar, há um alargamento no foco da análise linguística que avança para além dos limites da sentença e abarca estratos tanto intra como extralinguísticos, já que a língua(gem) é vista como sistema multiestrato, e sua materialização é determinada pelas condições sociais de produção. O primeiro estrato a ser considerado é o *contexto social*, chamado de contexto da situação, que é extralinguístico.

Esse contexto nos remete aos aspectos linguísticos relevantes para o entendimento do texto, já que o significado de qualquer palavra somente pode ser entendido com referência ao contexto em que ocorre (Halliday, 1978), entendimento que encontra sua origem nos postulados de Bakhtin, que percebe língua(gem) como construída na e pela interação. Sendo assim, qualquer análise textual que se dê na perspectiva funcionalista hallidayana buscará responder a questões que abarcam três aspectos do contexto da situação, quais sejam as noções de **campo**, **relação e modo**. Vamos a elas?

3.3.1 Campo

No que tange a **campo**, é a partir dessa noção que se desvela a ação social, o objetivo comunicativo, o assunto do texto. Nesse nível de análise, procura-se entender quem faz alguma coisa, o que é feito, para quem é feito e quando e como é feito. A noção de campo, que remete a um dos significados manifestos na e pela linguagem – a saber, o significado ideacional ou experiencial – realiza-se sintaticamente por meio de processos, dos participantes desses processos e das circunstâncias associadas a esses processos (Halliday, *ibid*, p.106). As estruturas linguísticas que realizam essas funções são os verbos, os substantivos e os advérbios ou adjetivos respectivamente.

A ideia de contexto de situação somente pode ser entendida a partir da noção de contexto de cultura proposta por Malinowski (1964, p. 307 em Eggins, 1996, p.51), a qual concebe que a forma como as pessoas usam a língua(gem) para alcançar seus objetivos é guiada por regras impostas culturalmente. O contexto da situação, portanto, reflete a situação de produção do próprio texto, que, por sua vez, é definido como qualquer manifestação linguística que tenha uma função. (Halliday and Hasan, 1985).

3.3.2 Relação

No que diz respeito à noção de **relação** – é por meio dela que se revelarão os papéis sociais dos participantes, bem como seu *status* nas relações sociais que se estabelecem por meio de textos (sejam eles orais ou escritos). Postula-se que questões de poder, envolvimento e contato influenciam diretamente o papel que os participantes assumem na interação, e, conseqüentemente, a variação no uso da linguagem. Isso implica dizer que nosso comportamento linguístico varia de acordo com nosso interlocutor na medida em que trocas linguísticas dependem de questões como ‘com quem estamos interagindo’ e ‘que relação (envolvimento, contato) temos com essa(s) pessoa(s)’. Nesse nível de análise, diz-se que as trocas linguísticas são declarações (afirmações ou negações), interrogações, ofertas ou comandos. É também nesse nível de análise que podemos perceber o grau de certeza ou de obrigação do que o(a) falante está dizendo, ou seja, a atitude do(a) falante em relação ao que ele/ela está dizendo. Por exemplo, expressões como “eu acho”, “eu penso” podem revelar que o grau de comprometimento entre você e o que você fala ou escreve não é alto, ou seja, que você não está muito ‘certo’ daquilo que você está dizendo ou escrevendo. Esse nível de análise está, portanto, ligado ao que Halliday chama de significados interpessoais.

3.3.3 Modo

Finalmente, no que concerne a **modo**, é aqui que se materializa a relação entre a língua(gem) e a situação. O canal de comunicação e a organização retórica são o foco de investigação nesse nível de análise.

Quanto ao canal de comunicação, importa primordialmente se a interação se dá por meio de língua oral ou língua escrita, haja vista que o distanciamento (ou não) espacial e interpessoal entre os interagentes determinam a (im)possibilidade de feedback imediato, o que se reflete no uso da linguagem. A organização retórica, por sua vez, faculta a identificação do ponto de partida da mensagem, ou seja, de onde o(a)

falante parte para comunicar o que pretende. Esses significados são chamados de significados textuais na terminologia hallidayana.

Somente para fins de ilustração, considere a sentença: *João foi ao cinema ontem*. Essa sentença, no português brasileiro, pode ter outras realizações, igualmente aceitas pelo sistema, tal como:

1) *Ontem João foi ao cinema*, ou outras ainda, nem tão comuns, mas permitidas pelo sistema da língua portuguesa brasileira, tais como
2) *Foi ao cinema ontem, o João*, ou 3) *Ao cinema, João foi ontem*. Na análise gerativa, o que faríamos seria constatar que os sintagmas verbais, nominais e preposicionais podem ser ordenados de formas distintas, certo? Já na proposta hallidayana, cada qual dessas formas de referirmo-nos à ação praticada por João permite-nos vislumbrar intenções comunicativas distintas, já que o ponto de partida de cada qual é distinto. Assim, na sentença 1, o foco recai no momento em que João foi ao cinema; na 2, o foco está na ação feita por João, e na sentença 3, o foco centra-se no local para o qual João foi.

Essa mudança de foco na organização retórica, até o momento ingênua, no exemplo de João, pode mascarar tanto quanto enfatizar ações, participantes ou circunstâncias. Tomemos um outro exemplo: *Bin Laden é morto por soldados norte-americanos após anos de fuga*. Nessa sentença, Bin Laden é o ponto de partida, ou seja, é o foco de atenção. Outra possibilidade de realização dessa mesma informação seria, por exemplo, *A morte de Bin Laden, após anos de fuga, é obra de soldados norte-americanos*.

Nesse caso, maior atenção é dada ao fato (a morte), e não a um participante (Bin Laden), como é o caso do exemplo anterior. Poderíamos ainda ter a seguinte ocorrência: *Soldados norte-americanos matam Bin Laden após anos de fuga*. Perceba que, aqui, o foco passa a ser dado aos soldados norte-americanos, ou seja, aos participantes praticantes da ação. Por fim, parece-nos bastante viável que a sentença comece pela circunstância: *Após anos de fuga, Bin Laden é morto por soldados norte-americanos*, ou,

ainda, *Após anos de fuga, soldados norte-americanos matam Bin Laden*. Nessas ocorrências, importância parece estar sendo dada ao tempo que Bin Laden ficou foragido, seja para ressaltar a sua habilidade de se esconder (o que parece ser o foco da primeira ocorrência) ou para ressaltar a insistência e consequente vitória dos soldados norte-americanos (o que parece ser o propósito da segunda).

Vamos a um último exemplo, para que você possa entender ainda melhor a diferença entre as perspectivas gerativa e funcional. Se o(a) falante produz a frase *O menino gosta da Maria*, ou se ele/ela diz *O menino corre no parque*, trata-se, na perspectiva Gerativista, de uma mesma configuração, haja vista ambas serem compostas, no eixo sintagmático, de um sintagma nominal, composto de um determinante + um substantivo, seguido de um sintagma verbal, composto pelo verbo gostar ou correr, e por um sintagma preposicional, composto por uma preposição e um substantivo.

Já na perspectiva hallidayana, trata-se de frases distintas, na medida em que uma posiciona o menino como sujeito de um processo mental, caracterizando-o como alguém sensível, que gosta de Maria; e outra o coloca em um processo material, codificando uma característica de alguém que age e que é dinâmico, por exemplo. Nessa perspectiva importa, portanto, o significado do que se diz.

Quanto aos tipos de processos, Halliday propõe três principais tipos: processos materiais, sensoriais e relacionais. Os processos materiais são os processos do fazer, tais como correr, comer, sair, estudar, aprender, para mencionar alguns exemplos. Já os processos mentais são representados pela realidade interna, são processos de sentido como pensar, sentir, amar, para citar alguns exemplos. Os processos relacionais que são aqueles em que fazemos generalizações, e estabelecemos uma relação entre experiências. Esses são processos de ser, e no português são representados pelos verbos ser e estar e outros verbos de ligação. Além desses processos, nas suas fronteiras, também temos outros três, que são os behaviorais, os verbais e os existenciais.

Por fim, cumpre-nos ressaltar que, na linguística funcional, diferentes escolhas lexicais – escolhas que acontecem no nível paradigmático – são levadas em consideração e causam impacto no entendimento e na análise de sentenças. Por exemplo, há uma diferença entre *O menino corre no parque* e *O moleque corre no parque* na medida em que o segundo exemplo parece codificar um juízo de valor quanto ao menino que corre.

Bem, esperamos ter sido suficientemente claras de modo a sensibilizá-lo(a) para o entendimento de que, na Linguística Sistêmico-Funcional, formas de expressar são formas de significar. E diferentes palavras (ou diferentes formas de organização retórica – para usarmos os exemplos que usamos para ilustrar) usadas para expressar um mesmo aspecto da realidade podem codificar diferentes propósitos.

Há muitos outros aspectos a serem explorados para que se possa ter um conhecimento mais abrangente das questões trazidas pela linguística sistêmico-funcional, porém o momento não nos permite explorar seus detalhes e, como dissemos anteriormente, nosso objetivo recai em oferecer uma brevíssima panorâmica de seus pressupostos em contraponto com os propostos do gerativismo.

Para finalizar, vale pontuar que, em uma análise formalista como a gerativista, importa a ordenação dos elementos na frase, e, independentemente das escolhas lexicais que o falante possa fazer, importa que suas escolhas estejam ‘dentro das fronteiras do sistema’, ou seja, que o falante produza língua que obedeça à linearidade do sistema linguístico. Já na perspectiva hallidayana, a língua(gem) é vista na sua dimensão interacional, a comunicação é função essencial da linguagem, portanto, os processos sintáticos são entendidos pelas relações que os componentes da linguagem mantém com os componentes semânticos e discursivos. Há diferentes alternativas de ordenação, as quais remetem a funções comunicativas distintas; no entanto, não há nenhum tipo de hierarquia em relação a essa ordenação.

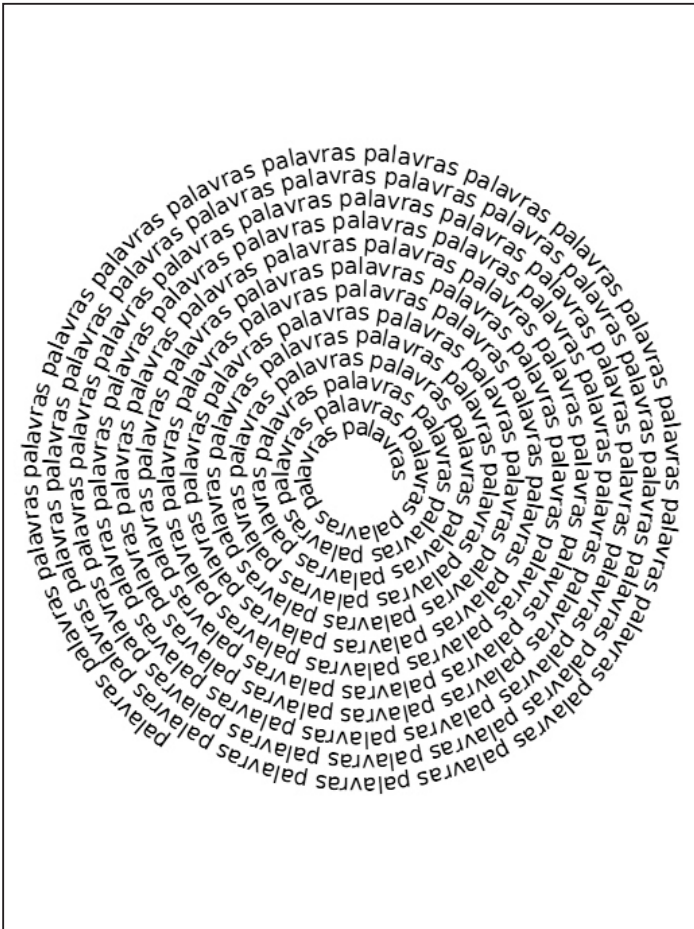
Resumo

Neste capítulo, vimos que a Sintaxe é o ramo dos estudos linguísticos que explora a sentença. Assim, ocupa-se da estrutura interna da oração – sintagmas, bem como da relação que orações estabelecem entre si na sentença e então no discurso. Comentamos, ainda, que a abordagem aos estudos de sintaxe da Gramática Tradicional incita discussões devido às lacunas que traz consigo, mas esclarecemos que os conceitos ali presentes podem contribuir para as discussões da sintaxe sob a perspectiva dos estudos linguísticos. Apresentamos a sintaxe gerativa de acordo com a Teoria Padrão chomskyana, na qual arborizações desvelam relações internas entre sintagmas na oração, bem como relações externas entre orações no discurso com vistas a explicitar as implicações de sentido que se erigem nessas mesmas relações. Paralelamente a essa discussão, apresentamos a abordagem funcional hallydayana à sintaxe, a qual ganhou força recentemente; no Brasil, já perto dos anos 90. Nessa perspectiva, importa o contexto linguístico tanto quanto o contexto da situação extralinguística, sendo a sintaxe, desse modo, percebida, como moldável em razão das condições em que o discurso se erige. Por fim, ressaltamos que a sintaxe é uma das microáreas de maior expressividade na Linguística.

Estudar sintaxe significa estudar um dos mais fecundos níveis de análise linguística, nível que, ao contrário da morfologia, por exemplo, ocupa lugar de destaque na Linguística nos dias atuais em razão da atenção que tem despertado em estudiosos de renome internacional. Esperamos que, com o tempo, você aprofunde seus conhecimentos acerca dessas questões, sobretudo porque haverá outras disciplinas que particularizarão os conceitos aqui introduzidos.

Unidade D

Semântica



4 Possibilidades de significação

Ao final desta seção, você deverá ser capaz de identificar a semântica como um dos níveis de estudos linguísticos, caracterizando-a em seus principais fundamentos. Elencaremos, assim, alguns fenômenos estudados nessa área e daremos uma breve explicação sobre cada qual desses fenômenos. Em seguida, particularizaremos a Semântica Formal, referindo-nos a significado, sentido, referência, em especial e terminaremos por fazer uma breve alusão aos estudos de Semântica da Enunciação e de Semântica Cognitiva.

4.1 Introdução

Estudamos, até aqui, três níveis de análise: a fonética/fonologia, a morfologia e a sintaxe. Esta seção focaliza a semântica como quarto nível de análise. Poderíamos, inicialmente, conceituar a Semântica como a ciência das significações das línguas naturais, abrangendo o estudo do léxico, das estruturas morfossintáticas e das estruturas textuais e discursivas. É preciso, porém, que advertamos, a exemplo do que fazem Ilari e Geraldini (1995, p. 6), que

[...] a semântica é um domínio de investigação de limites movediços; semânticistas de diferentes escolas utilizam conceitos e jargões sem medida comum, explorando em suas análises fenômenos cujas relações não são sempre claras [...] a semântica aparece, em suma, não como um corpo de doutrina, mas como um terreno em que se debatem problemas cujas conexões não são sempre óbvias.

A semântica é foco de estudos desde o início da ciência linguística, dado que mesmo os estruturalistas de base saussureana ocupavam-se com a questão do significado (o signo linguístico), ainda que sejam até hoje criticados como o tendo preterido em favor de outras discussões.

Historicamente, no entanto, os estudos do significado podem ser remetidos até Aristóteles, que foi pioneiro na postulação de que as sentenças se estruturam logicamente, por assim dizer, constituindo a base do que hoje se concebe dentro da Semântica Formal. Você já deve ter ouvido falar de raciocínio dedutivo, pelo qual as relações de significado se dão independentemente do conteúdo expresso das orações: *Todos os homens são mortais. Sócrates é homem. Logo, Sócrates é mortal.* Se as duas primeiras sentenças (as premissas) são verdadeiras, concluímos automaticamente a terceira, não é mesmo? E essas relações são *lógicas*, ou *formais*, e podem ser representadas por letras vazias de conteúdo. Acompanhando Pires de Oliveira (2006, p. 20), podemos dizer: “se A é um conjunto qualquer que está contido em um outro conjunto qualquer, o conjunto B, e se *c* é um elemento do conjunto A, então *c* é um elemento do conjunto B”. Se você se arrepiou com essa linguagem, pois se lembrou das aulas de matemática, podemos dizer que nada mais é do que uma *metalinguagem* com a qual explicamos a linguagem. Ainda voltaremos a esse conceito mais adiante no capítulo. Mas veja se a “fórmula” não se aplica também para: *Todas as aves têm duas pernas. Piu-piu é uma ave. Logo...* Alteramos as expressões, mas mantivemos as relações e assim o raciocínio será sempre válido. Você está convidada(o) a criar mais alguns *silogismos*; é assim que denominamos isso, sabia?

4.2 Um primeiro olhar

Como a semântica pode ser abordada sob vários olhares teóricos, optamos, aqui, por referir alguns fenômenos que têm sido objeto de estudos da semântica, aludindo a eles de modo bastante breve, porque nosso objetivo é facultar a você uma noção básica do universo de estudos desse nível de análise linguística. Dentre os muitos focos de atenção dos estudos semânticos, estão as seguintes questões:

- **Campos semânticos:** espécies de sistemas de organização do material léxico de uma língua, reunindo vocábulos pertencentes a um mesmo campo de significado – *aulas, aprendizagem,*

professor, *ano letivo*, por exemplo, pertenceriam ao campo semântico relacionado ao item lexical *escola*;

- **Sinonímia, antonímia, hiperonímia, hiponímia:** relações de significação estabelecidas entre as palavras. Duas palavras seriam *sinônimas* (*tangerina* e *bergamota*) quando substituídas em contextos idênticos sem comprometer tais contextos sob o ponto de vista do sentido; duas palavras seriam *antônimas* quando dotadas de sentido incompatível em uma mesma situação (*alto* e *baixo*); uma palavra seria *hiperônima* de outra quando dotada de sentido mais genérico que tal (*flor* como hiperônimo de *rosa*); uma palavra seria *hipônima* de outra quando dotada de sentido mais específico que tal (*cachorro* como hipônimo de *animal*);
- **Polissemia e homonímia:** a *polissemia* implicaria um mesmo vocábulo remetendo a diferentes significados (*universidade* (como instituição de ensino superior) e *universidade* (prédio onde esse ensino acontece), enquanto a *homonímia* implicaria neutralização formal entre dois vocábulos distintos (*manga* (de camisa) e *manga* (fruta), por exemplo);
- **Paráfrase:** fenômeno linguístico que se fundamenta nas semelhanças de significação entre construções; “[...] mas essas semelhanças não são nunca completas; [...] o reconhecimento de uma relação de paráfrase corresponde sempre, em alguma medida, a um apagamento de diferenças que podem ser colocadas em relevo em outros contextos” (ILARI; GERALDI, 1995, p. 50) – tomemos um exemplo, mas o façamos sem discutir todas as implicações de sentido dele decorrentes: *João foi morto por Pedro* seria um enunciado parafrástico de *Pedro matou João*;
- **Pressupostos e subentendidos:** os *pressupostos* envolveriam evidências admitidas por falantes e ouvintes – no enunciado *João parou de fumar*, uma evidência inegável seria *João fumava*; os *subentendidos* seriam implicações semânticas que se acrescentam à significação dada pelo componente linguístico – no enuncia-

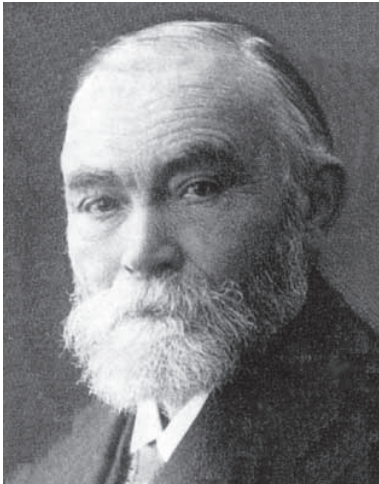


Figura 6 - Gottlob Frege. Fonte: <http://www-history.mcs.st-and.ac.uk>

Gottlob Frege (1845-1925) nasceu em 8 de Novembro de 1848 em Wismar, Merklenberg Schwerin (atualmente Alemanha). Estudou na Universidade de Jena (1869-1871) e na Universidade de Gottingen (1871-1873), dedicando-se à Matemática, à Física e à Química. Ele queria mostrar que a aritmética era idêntica à lógica e pode-se dizer que recriou a disciplina da lógica ao construir o primeiro «cálculo de predicados». Um cálculo de predicados é um sistema formal constituído por duas componentes: a linguagem formal e a lógica. Para saber mais, acesse o Portal da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/seminario/fregerussel/biografia_frege.htm>. Acesso em: 1 mar. 12.

do *Conheço muito bem os políticos de hoje*, é possível subentender uma crítica a esses mesmos políticos, o que evidentemente dependerá do contexto em que o enunciado foi proferido. Essa vertente teórica, que vem de um estudioso chamado Osvald Ducrot, apresenta hoje novos elementos que merecem ser conhecidos por você em estudos futuros;

- **Operadores argumentativos:** foco de estudos da *semântica argumentativa*, esse conceito traz consigo a concepção de que a argumentatividade está inscrita na própria língua, que o uso da linguagem é inerentemente argumentativo; tais operadores seriam morfemas responsáveis por relacionar enunciados na construção da argumentação (KOCH, 2004). Se tomarmos, por exemplo, o enunciado *Até o Governador compareceu ao enterro do bombeiro que morreu em serviço*, poderemos observar que o “[...] o papel específico do *até* é apontar que o resto da oração verbaliza um argumento que, numa hierarquia admitida pelo locutor e em relação à conclusão visada, tem posição elevada.” (ILARI; GERALDI, 1995, p. 80).

Passamos a mostrar em mais detalhe, agora, como alguns fenômenos semânticos podem ser abordados dentro do quadro teórico da semântica formal, que se encaixa na abordagem referencial. Um autor é sempre citado na literatura a respeito: o lógico alemão *Gottlob Frege* com suas contribuições para a semântica, definindo, entre outras coisas, o significado em termos de *sentido e referência*. Voltaremos a esses conceitos mais adiante no capítulo.

4.3 A Semântica Formal

De acordo com Cançado (2005, p. 142), essa abordagem se tornou influente na linguística e seu foco está nos aspectos das condições de verdade, a concepção de teoria de modelos em semântica e o princípio da composicionalidade, entre outros parâmetros que não serão desenvolvidos aqui por razões de espaço e caráter introdutório à área.

Antes, porém, de nos embrenharmos nessas discussões, vamos refletir um pouco sobre a própria noção geral de significado, que certamente é polissêmico ele mesmo e, portanto, merecedor de ter suas arestas aparadas.

Sendo o objeto de estudos da semântica o significado de “entidades linguísticas”, vamos elencar algumas sentenças para verificar se estamos de comum acordo sobre qual seria, de fato, o significado que nos interessa analisar dentro desta lista:

- (01) O que significa não ter o que comer?
- (02) O que significa uma bandeira a meio pau?
- (03) O que significa essa choradeira?
- (04) O que significa ser uma mulher?
- (05) O que significa ‘ser uma mulher’?

Se você está desconfiada(o) de que é a pergunta em (5) aquela que nos interessaria, está correta(o), pois só neste caso não dependemos de qualquer contexto para precisar o significado: *significa um ser humano, de uma determinada idade e do sexo feminino*.

Só na sentença (5) temos uma parte dela que está sendo *mencionada* enquanto a sentença como um todo está sendo *usada*. E a parte mencionada vai ser efetivamente o nosso objeto de estudos, e é em cima desta parte que incide a definição de significado acima.

Caso ainda não tenha ficado totalmente clara a diferença entre *uso* e *menção*, que também pode ser pensada em termos de linguagem e metalinguagem, lá vai mais uma *explicação*. Pense num professor querendo explicar um fenômeno físico qualquer. Ele vai poder se valer da linguagem da matemática – enquanto metalinguagem –, para fazer isso,

Outro exemplo para marcar essa diferença: Uma mãe falando com o filho que acabou de receber um presente de aniversário da tia: “Diz ‘obrigado’ pra tia, filho!”. A sentença como um todo está sendo usada, mas tem uma parte dela que está sendo apenas mencionada.

não? ($F = m . a$; $V = R . i$ e por aí vai, você deve se lembrar certamente!). Já fizemos isso também no capítulo de sintaxe, quando “traduzimos” os constituintes em metalinguagens do tipo $S = SN + SV$, $SP = P + SN$ etc. Já no caso da sentença em (5), pelo fato de que tanto a língua-objeto e a metalinguagem são o próprio português, nem sempre a “coisa” é tão visível assim. Portanto, quando fazemos isso convençamos que as sentenças ou palavras da língua-objeto vão estar identificadas por aspas simples. Uma vez entre aspas, estas vão estar sendo mencionadas, e não usadas.

Evidentemente que podemos nos valer de outras metalinguagens para descrever a nossa língua-objeto, a linguagem da lógica, por exemplo. Essa linguagem é utilizada pelas teorias semânticas formais. Um exemplo deve deixar isso mais claro: uma notação formal para a sentença *Todos os homens são mortais* seria, em linguagem lógica, algo como $(\forall x \forall (\text{HUMANO } x \rightarrow \text{MORTAL } x))$ (ou: para todo x , se x é homem, então x é mortal), ou para *João encontra um homem* $(\exists x (\text{HOMEM } x \ \& \ \text{João ENCONTRAR } x))$ (ou: existe um x , tal que x é homem e João encontra x). No livro de Pires de Oliveira (2001) (também da UFSC!), citado na bibliografia e que é uma ótima introdução à área de Semântica Formal, você vai se deparar com esse tipo de notação (metalinguagem), evidentemente muito bem explicado, pois se trata de um manual para graduandos em Letras.

Feitos esses comentários de ordem mais geral, vamos, conforme já dito, estar focados na semântica das sentenças. Existe, evidentemente, uma relação entre o significado das palavras (itens lexicais) e o significado das sentenças. Lá no capítulo de Sintaxe já desenvolvemos, também, a questão da ordem como sendo uma preocupação básica na análise das sentenças. Quando tratamos do significado de uma sentença, a questão da ordem das palavras, ou de outros elementos da estrutura gramatical, é igualmente determinante. O que as palavras significam e como elas se ordenam para formar o todo (a sentença) constitui uma propriedade que faz parte do conhecimento semântico de um falante: a *composicionalidade*.

Segundo Basso et al. (2009, p. 30), é a *composicionalidade* que vai explicar a criatividade, essa nossa capacidade de, a todo instante, cons-

truir e interpretar sentenças que nunca ouvimos antes. A sentença a seguir, por exemplo, certamente é inédita, mas você consegue interpretá-la e atribuir a ela um significado:

(06) Sapos miúdos comeram trigo azedo.

Como fazemos isso? Conhecemos os *significados lexicais* de *sapo*, *miúdo*, *comer*, *trigo*, *azedo*. Esses itens, porém, ocorrem em determinada forma gramatical. O verbo *comer* está conjugado no pretérito perfeito, do indicativo, na voz ativa. Portanto, não está no futuro do presente (*comerão*), nem no pretérito imperfeito (*comiam*), tampouco, está no modo subjuntivo (*se comessem*) e nem na voz passiva (*foi comido*). A sentença também não está sendo negada (*não comeram*), os adjetivos concordam com os substantivos (plural em *miúdos* e singular em *azedo*), mas não estão no superlativo (*miudíssimos*), nem no comparativo (*mais azedo que...*). O plural *sapos* tem significado diferente de *sapo* e assim por diante... Portanto, de acordo com Löbner (2002, p. 12), os significados das palavras em suas respectivas formas dentro da sentença precisam ser derivados dos seus significados lexicais através de *regras*. Essas regras são parte do aparato que usamos na composição de sentenças. E as formas resultantes fazem parte do que convencionamos como *significado gramatical*.

A sentença acima, portanto, é composta de itens lexicais e itens gramaticais como qualquer sentença em língua natural. Chamamos isso de significado composicional. Os significados lexicais são aprendidos e estão “estocados” em nosso cérebro e à nossa disposição. Já os significados de sentenças completas não estão armazenados em nossas mentes (exceto, talvez, os provérbios, as frases feitas etc.).

O princípio da composicionalidade de uma expressão complexa (digamos, uma sentença), segundo Löbner (2002, p. 15) é:

Uma sugestão de leitura para aprimoramento desse conhecimento sobre a trama de sentenças e que é muito divertida ao mesmo tempo, pois se baseia em exemplos reais, é: *Introdução à Semântica*. Brincando com a gramática (2001), de Rodolfo Ilari. Veja a referência completa na bibliografia ao final deste livro.

O significado de uma expressão complexa é determinado pelo significado lexical de seus componentes, de seus significados gramaticais e do significado da estrutura sintática como um todo.

Já vimos, portanto, que somos dotados (geneticamente) de uma capacidade para combinar palavras e formar sentenças com sentido, o que revela a nossa competência semântica. Também somos capazes de parafrasear sentenças ou só palavras, de estabelecer sinônimos; e uma teoria do significado também deverá dar conta disso: *os grevistas quebraram a porta x a quebra da porta pelos grevistas; uma galinha é maior do que um pinto x um pinto é menor do que uma galinha*. Se essas diferenças podem ser remetidas ao fenômeno linguístico propriamente dito ou à uma questão situacional (ou seja, no campo da pragmática) é algo que precisa ainda ser melhor analisado.

Outro aspecto que caracteriza o nosso conhecimento semântico é a nossa capacidade de deduzir sentenças de outras sentenças. Pires de Oliveira (2001) desenvolve essa questão, ou seja, a da trama das sentenças (uma propriedade das línguas naturais), com muita propriedade. Se sabemos que uma sentença é considerada verdadeira em certa situação de mundo, sabemos outras tantas. Por exemplo, se sabemos que ‘João parou de comer carne’ é verdadeira, deduzimos automaticamente que ‘João comia carne’ também é verdadeira. E mesmo se negamos a primeira ‘João não parou de comer carne’, ainda assim ‘João comia carne’ continua sendo verdadeira. Estamos diante de uma pressuposição.

Agora observe o seguinte: se sabemos que a sentença ‘O gato está miando’ é verdadeira em determinada situação de mundo, também será verdadeira ‘O gato está fazendo barulho’, ou seja, estamos diante de um acarretamento. Mas experimente inverter a ordem: ‘O gato está fazendo barulho’ não significa necessariamente que também a sentença ‘O gato

está miando’ seja verdadeira, uma vez que ele muito bem pode estar brincando com uma bolinha, arranhando uma porta etc.

Esperamos que você tenha ficado curiosa(o) e que fique motivada(o) a brincar com essas noções semânticas. Às vezes estamos diante de múltiplos pressupostos: pense na sentença ‘Pedro só lavou a louça’ e veja o que você pode estabelecer como pressupostos para ela, sempre se lembrando que uma sentença estabelece uma relação entre linguagem e estados de mundo (ou mundos) dentro de uma teoria formal sobre a linguagem, que é a que escolhemos para trabalhar neste capítulo. Para dizer o valor de verdade da sentença ‘Está trovejando em Florianópolis’ precisamos estabelecer as condições de mundo em que esta sentença deveria ser avaliada: por exemplo, hoje, dia 20 de novembro de 2011, às 15h40min, ela é verdadeira.

4.4 Significado: sentido & referência

Já que os estudos semânticos como um todo e principalmente a Semântica Formal devem muito às contribuições do filósofo e matemático alemão Gottlob Frege, vamos desenvolver um pouco como esse autor tratou da noção de significado em seu artigo de 1892, intitulado *Über Sinn und Bedeutung* (Sobre sentido e referência). Ele analisou o sinal de igualdade “=” e verificou o que exatamente este sinal relaciona. Vejamos o par de sentenças a seguir, que já se tornou clássico nos estudos semânticos:

(07) A estrela da manhã é a estrela da manhã.

(08) A estrela da manhã é a estrela da tarde.

No primeiro caso, a sentença em (07), você deve ter observado que igualamos uma coisa a ela mesma, o que parece algo muito óbvio, não é mesmo? Outras sentenças deste tipo poderiam ser: ‘Lula é Lula’, ‘O Cristo Redentor é o Cristo Redentor’, ‘Madonna é Madonna’ etc., enfim, apenas dizemos que algo é igual a si mesmo. Poderíamos, ainda, tradu-

zir isso numa linguagem matemática, por exemplo, por $a=a$, e dizer que, em todos esses casos, estamos diante de uma *tautologia*.

Essas sentenças também são sempre verdadeiras, você concorda?
Chamamos isso de uma verdade analítica, pois não precisamos ir ao mundo para constatar esse valor.

Já na sentença em (08), parece que temos uma nova informação aí, e a sua tradução numa metalinguagem seria algo como $a=b$, não é mesmo? E foi exatamente o que aconteceu em algum momento de nossa história. Descobriu-se que aquilo que denominávamos *estrela da manhã* era o mesmo objeto que denominávamos *estrela da tarde*, ambos serviam para nos referirmos ao planeta Vênus no mundo. Tínhamos assim, através dessa importante descoberta da Astronomia, traçado dois caminhos para chegar à mesma referência. Falamos aqui de *verdade sintética*, daquela que só pode ser determinada inspecionando-se fatos no mundo. Observe que na sentença em (08) aprendemos algo e isso é em função das circunstâncias de mundo em que ela é proferida. Ela era falsa para os gregos, mas é verdadeira para nós, pois nosso conhecimento sobre o mundo aumentou.

Mas voltemos às sentenças acima, traduzidas por $a=a$ e $a=b$. Ambas se referem ao mesmo objeto no mundo: a verdade. E desta forma poderiam ser consideradas idênticas. Se mesmo assim percebemos que não é a mesma coisa que estamos afirmando, na qualidade de semanticistas, precisamos explicitar essa diferença. E Frege diz que isso só é possível, se fizermos a distinção entre sentido e referência. Taylor (1998, p. 6-7) servirá de base para essa explicação: vamos tomar a descrição definida ‘a estrela da manhã’ como sendo um nome próprio, tal qual podemos fazer com ‘Madonna’ ou ‘Presidente Obama’. A referência do nome ‘Madonna’ é a cantora Madonna, a referência do nome ‘Presidente Obama’ é o atual presidente dos EUA, a referência do nome ‘a estrela da manhã’ é o planeta Vênus no mundo... Assim, a referência de um nome é tipicamente um objeto individual (“objeto” aqui precisa

ser tomado num sentido amplo). Também a referência de frases como ‘a cor favorita da Júlia’ é a própria cor favorita de Júlia no mundo (digamos, a cor vermelha), ou de ‘o terremoto do Haiti’ é o evento no mundo que praticamente acabou com aquele país recentemente. Todos esses nomes (no sentido amplo do termo) denotam a sua referência.

O sentido, de acordo com Frege, é um determinado caminho que nos leva a uma referência. E, embora a referência seja única, é possível alcançá-la por sentidos distintos. O sentido é uma rota para a referência, como um vetor unidirecional.

Assim é possível explicar que tanto ‘a estrela da manhã’ como ‘a estrela da tarde’ são sentidos diferentes, mas que “pegam” a mesma referência no mundo, nesse caso, o planeta Vênus. E observe que, embora a referência seja a mesma, os dois sentidos que levam a ela não precisam ser partilhados, digamos, pela mesma pessoa. Por exemplo, alguém pode saber que a Madonna é a cantora mais famosa do mundo, mas pode não saber que ela é a compositora de “*Like a virgin*”. Então, concluindo com Frege: as sentenças acima se referem ao mesmo objeto, nesse caso, a verdade, mas veiculam sentidos distintos, expressam pensamentos diferentes. (PIRES DE OLIVEIRA, 2001, p. 101)

Vamos citar um exemplo mais próximo de nós para tentar fixar melhor a diferença entre sentido e referência: pensemos em um “objeto” no mundo, digamos, o Barack Obama. Como podemos traçar diferentes caminhos (= sentidos) para alcançá-lo? Um deles poderia ser, por exemplo, ‘o atual presidente dos EUA’, você concorda? Esse *sentido* seguramente “pega” a referência Barack Obama no mundo. Outro sentido poderia ser ‘o marido da Michele Obama’, ainda outro poderia ser ‘o pai da Sasha e da Malia Obama’ e ainda outro, o próprio nome ‘Barack Obama’. Cada novo sentido que nós possamos vir a traçar e que nos leve à referência Barack Obama no mundo é algo que aprendemos sobre essa referência. Cada novo sentido vai codeterminar essa referência única. Mas observe que ‘o presidente dos EUA’ (sem o ‘atual’)

não “pega” só o Obama, mas também o Bush, o Reagan, o Clinton etc. Você entendeu o porquê?

Um nome próprio, segundo Frege, deve ter sentido e referência: ‘Barack Obama’ e ‘o atual presidente dos EUA’, são dois nomes próprios que atendem a esse requisito: eles têm sentido e nos permitem falar sobre um objeto no mundo: o Barack Obama, ser no mundo. Os nomes próprios, conforme especificado acima, são saturados, pois expressam um pensamento completo. Repare que as descrições introduzidas por um artigo definido (descrições definidas) são elas mesmas consideradas “nomes próprios” por Frege, pelo fato de cumprirem o mesmo papel de um nome próprio: alcançar um e apenas um *indivíduo*. Por meio delas podemos identificar uma referência.

É claro que este indivíduo pode ser um indivíduo “plural”: ‘as rosas vermelhas em cima de minha mesa’ vão se referir às rosas vermelhas em cima de minha mesa no mundo.

Mas também existem expressões incompletas que não nos permitem chegar a uma referência e que, portanto, não expressam pensamentos completos. Pense no caso da expressão *ser mais alto que*. O que ela “pega” no mundo? Não sabemos, certo? Então ela não serve para alcançarmos uma referência. Além disso, de acordo com Pires de Oliveira (2006, p. 22), ela é recorrente em muitas sentenças. Podemos citar como exemplos:

(09) O jogador de basquete Oscar é mais alto que a atleta Dayane dos Santos.

(10) O Hotel Castelmar em Florianópolis é mais alto que o Empire State Building em NY.

(11) A inflação na década de 70 era mais alta que a de hoje. (09) O jogador de basquete Oscar é mais alto que a atleta Dayane dos Santos.

Observe que a noção de *predicado* aqui é um pouco diferente do que aquela que a gramática tradicional define como “predicado” em contrapartida com o “sujeito”. Aqui ‘____ ser bonito’ é um predicado de um lugar; ‘____ estar entre ____ e ____’ é um predicado de três lugares, e assim por diante. O que é importante aqui é que ele se constitui em um elemento insaturado, que precisa ser preenchido com *argumentos*, não interessando se são sujeitos, objetos, complementos sintáticos.

Portanto, para expressar um pensamento completo, precisamos preencher as expressões com o que chamamos de *argumento*. A expressão insaturada ____ *ser mais alto que* ____ é chamada de *predicado*, neste caso, de dois lugares, pois há *duas lacunas a serem preenchidas*. Nas sentenças acima, preenchamos as lacunas com diferentes nomes

próprios, assim, as **funções** (termo de Frege) ficaram completas. Pelo fato de agora serem completas, tornaram-se elas mesmas nomes próprios. E agora têm sentido e referência.

Você saberia dizer qual seria a referência das sentenças (09), (10) e (11)? Lembra-se que falamos no início que os “objetos” numa semântica referencial eram coisas bem amplas? Pois bem, agora chegamos ao ponto do estranhamento. O “objeto” a que nos referimos como uma sentença, ou seja, a referência de uma sentença, é o seu valor de verdade. Quais seriam então os valores de verdade (as referências!!!) das sentenças acima? Se você disse V (verdadeiro) para (09) e para (11), e F (falso) para (10), você pegou o “espírito da coisa”.

Faltou explicar por que uma sentença vira um “nome próprio”, não é mesmo? Temos que pensar em termos de uma máquina, que toma elementos ou que os relaciona. É que a própria sentença (agora vista como nome próprio, que tem sentido, expressa um pensamento e tem uma referência) pode virar argumento de uma nova expressão insaturada. Não se desespere, o exemplo a seguir já vai elucidar isso.

Vamos pegar, novamente, uma expressão incompleta, desta vez um *predicado* que pede apenas um *argumento*, e não dois como em ‘____ ser maior que ____’. O predicado escolhido poderia ser: ‘Lula verificou que ____’. Agora, se a sentença (11) acima é um nome próprio, isso quer dizer que ela pode ocupar o lugar do argumento no predicado insaturado de um lugar citado, não? Veja o resultado:

(12) ‘Lula verificou que a inflação na década de 70 era mais alta que a de hoje.’

E aí poderíamos novamente verificar a referência desta sentença, ou seja, o seu significado. Para dizer se a mesma é verdadeira, deve

existir e referência do nome próprio *Lula*, esse alguém fez uma verificação de algo, e esse algo era..., e por aí vai. Se você associou aqui o que já havíamos comentado antes no capítulo quando falamos da *composicionalidade*, você está no caminho certo: “a verdade do todo se dá a partir da verdade das partes”.

Esse mesmo *predicado* pode ser preenchido por outros *argumentos*: ‘*Lula verificou que a Marisa Letícia fez cirurgia plástica.*’, ‘*Lula verificou que a inflação não subiu muito.*’, ‘*Lula verificou que o seu índice de aprovação baixou.*’ etc. Lembre-se que essa peculiaridade das línguas naturais (produtividade) precisa ser contemplada por um modelo que se propõe a mimetizar a competência semântica de um falante.

Vamos apenas propor, ainda, uma pequena modificação no predicado acima, para chamar a sua atenção para um interessante aspecto também discutido por Frege e que ele denominou de “contexto indireto”, e que foi rebatizado depois como “contexto opaco”, por Quine (1960). O predicado agora é ‘*Lula acredita que _____*’. Compare com o predicado anterior, também de um lugar, que era ‘*Lula verificou que _____*’. Você deve ter percebido que, independente do que colocarmos aqui para preencher o argumento, não podemos concluir que o valor de verdade na sentença com *acreditar* possa também ser deduzido das partes que a compõem, não é mesmo? A verdade da sentença agora vai depender da crença de Lula, independente do complemento da sentença ser verdadeiro ou não, como no exemplo:

(13) ‘*Lula acredita que o Hugo Chávez é um grande amigo do Brasil.*’

O fato do Chávez ser um grande amigo do Brasil pode até não ser verdadeiro (e pensamos não o ser mesmo!), mas isso não altera o fato do Lula acreditar nisso e ela continuará sendo verdadeira. Assim, enquanto os outros exemplos citados se constituem em sentenças **extensionais**, aqui estamos diante de um contexto **intensional** (atenção: é com “s” mesmo, pois é em contrapartida a extensional). Nesse tipo de sentença

não podemos substituir o argumento por outro com a mesma referência, pois dependemos, no caso do nosso exemplo, da crença do Lula. Outros exemplos de verbos que disparam contextos intensionais seriam *pensar, achar, querer* etc.

Você já deve estar achando esse tal de Frege um cara genial, por ter introduzido para nós essa diferença entre sentido e referência (entre outras coisas que nem comentamos aqui), tão relevante para todo o desenvolvimento dos estudos semânticos a partir dele, não é mesmo? Tudo isso tem servido muito às teorias que procuram mimetizar o conhecimento intuitivo que temos sobre o significado das sentenças de nossa língua.

Mas nem tudo são flores, nem na vida do Frege! E só para lembrar mais uma vez: na teoria referencial fregueana, a verdade não está na linguagem, mas nos fatos do mundo. Para Frege, portanto, se formos falar de personagens fictícios, tais como Saci-Parerê, Papai-Noel, Garfield, o fato de esses personagens carecerem de referência no mundo real faz com que as sentenças também careçam de valor de verdade, ou seja, é impossível dizer se são verdadeiras ou falsas. Sentenças que ferem a pressuposição da existência, no entanto, apesar de não terem referência, têm sim sentido. Essa, porém, é uma discussão que vai ter de ficar para um outro momento.

Cabe, ainda, uma informação final sobre as considerações de Frege. Falamos acima do preenchimento dos predicados por nomes próprios, das descrições definidas que são consideradas nomes próprios, e de sentenças que “viram” nomes próprios. Precisamos ressaltar que existe, também, uma outra possibilidade e que todos nós a usamos o tempo todo, o argumento em forma de uma *expressão quantificada*, que indica um certo número de elementos. Observe os exemplos a seguir de sentenças que contém quantificadores:

(14) Todos os homens são mortais

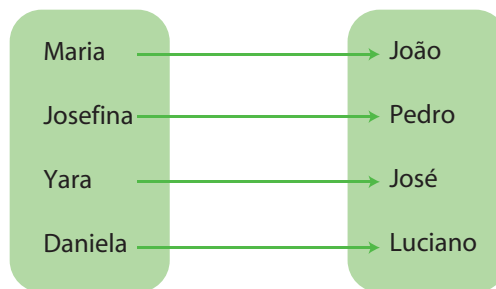
(15) Todas as alunas beijaram um aluno.

(16) Alguém saiu da sala.

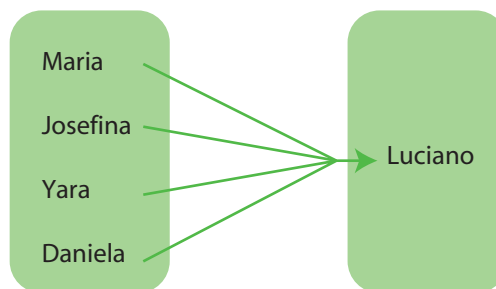
Os quantificadores (*todos, um, alguém* etc.), como podemos perceber, estabelecem uma relação entre conjuntos: na sentença em (14), estamos diante de um quantificador universal, pois pega a totalidade dos elementos de um conjunto; na sentença em (15), temos uma combinação de quantificadores na mesma sentença; e, em (16), temos um quantificador existencial, indicando pelo menos um elemento de um conjunto.

Observemos que em (15) podemos ter duas interpretações (a sentença gera ambiguidade semântica), exatamente por causa dessa combinação de quantificadores: para toda aluna há pelo menos um aluno que ela beijou e a leitura é distributiva, ou há um único aluno que todas as alunas beijaram. Os gráficos a seguir ilustram as duas situações:

Situação 1



Situação 2



O fenômeno da quantificação não se resume somente à quantificação nominal, mas foi esta a que mais recebeu atenção de Frege. Ele considerou a quantificação uma predicação de segunda ordem, pois ela predica sobre um predicado. Você pode ler em Pires de Oliveira (2001),

no Capítulo 5, uma explicação bem detalhada sobre quantificação. Aqui só chamamos a sua atenção para esse interessante fenômeno, sobre o qual uma teoria semântica necessariamente deve dar conta também. Com isso encerramos nossas considerações sobre Frege.

4.5 A Semântica da Enunciação e a Semântica Cognitiva: algumas palavras

Esperamos que essa breve visão sobre a semântica tenha mostrado a você coisas interessantes que merecem ser estudadas, principalmente, por um(a) graduando(a) em Letras. Embora não seja possível delimitar esse campo, em razão de todos os aspectos que envolvem a noção de significação nas línguas naturais, as escolhas feitas por nós tinham como objetivo despertar sua curiosidade para esta área que, tradicionalmente, nem é aventada nos estudos da linguagem feitos na nossa formação até aqui.

Estudar semântica implica considerar o objeto deste nível de estudo linguístico sob diferentes modelos teóricos. Além do modelo que optamos por desenvolver ao longo do capítulo, a Semântica Formal, podemos enquadrar as outras abordagens em pelo menos mais duas áreas: a Semântica da Enunciação e a Semântica Cognitiva.

Recorrendo às sínteses de Pires de Oliveira (2006) e Cançado (2005), procuremos registrar brevemente essa questão. Segundo Pires de Oliveira, a Semântica Formal descreve o problema do significado considerando que as sentenças se estruturam logicamente; teorizações do lógico alemão Frege, como vimos acima, estão implicadas no aporte desse modelo, segundo o qual a linguagem se refere a algo externo a ela mesma, algo sobre o qual se sustenta.

Já a Semântica da Enunciação, vinculada a Oswald Ducrot, inscreve-se, segundo Pires de Oliveira (2006, p. 27), nas semânticas mais próximas do relativismo, “[...] que acreditam que não há uma ordem no

mundo que seja dada independentemente da linguagem e da história”. É um dos modelos alternativos à semântica formal. A ideia subjacente ao modelo, de acordo com Cançado (2005, p. 144), é que as sentenças são pronunciadas como parte de um discurso em que o falante “tenta convencer seu interlocutor de uma hipótese qualquer”. E ainda que “não se usa a linguagem para falar do mundo, mas para convencer o ouvinte a entrar no jogo argumentativo”, complementa a autora. Ilari e Geraldini (1999), no entanto, chamam atenção para o fato de que a adoção dessa análise semântica seria muito mais um instrumento político do que um instrumento de informação. Nesse modelo não existe uma articulação com os outros componentes da gramática, tais como a sintaxe, a fonologia ou a morfologia.

Quanto à Semântica Cognitiva, ela está ligada em sua gênese principalmente a George Lakoff e Mark Johnson. Ela parte

[...] da hipótese de que o significado é que é central na investigação sobre a linguagem, chocando-se, portanto, com a abordagem gerativista, que defende a centralidade da Sintaxe. A forma deriva da significação, porque é a partir da construção de significados que aprendemos, inclusive a lógica e a linguagem. Daí a semântica cognitiva se inscrever no quadro do funcionalismo. (PIRES DE OLIVEIRA, 2006, p. 33-34).

A significação linguística, na ótica da semântica cognitiva, emerge (de dentro para fora) de nossas significações corpóreas, dos movimentos de nossos corpos em interação com o meio que nos circunda, afirma também Pires de Oliveira (2006, p. 34).

Para Cançado (2005, p. 145), entre outras considerações, a semântica cognitiva acredita que o pensamento é estruturado por esquemas de imagens, mapeando domínios conceituais distintos; a extensão de conceitos temporais/espaciais para outros campos semânticos se dá via relação metafórica (Exemplos: A vida é um *saco*; Essa mesa tem quatro *pernas*; Você consegue *enxergar* a verdade?).

As metáforas, para os cognitivistas, têm propriedades sistemáticas. Para Lakoff (apud Cançado, 2005), a categorização é feita através de protótipos, que seriam membros centrais da categoria e com os quais os outros membros mantêm relações de semelhança. Na ótica de uma abordagem de cunho mentalista, o significado tem lugar não somente em um nível existente entre o mundo e as palavras, mas também no nível da representação mental. (p. 93)

Como adverte Pires de Oliveira (2006), essas diferentes concepções repercutem na forma como os fenômenos semânticos (muitos dos quais referidos brevemente ao longo deste capítulo e elencados na introdução) são tratados. Logo, ao estudarmos semântica precisamos situar as teorizações com as quais tomamos contato, de modo a nos apropriarmos delas à luz dos modelos teóricos sob os quais estão sendo tomadas.

Resumo

Neste capítulo, focalizamos a semântica, o nível de estudos linguísticos que aborda o significado. Trata-se de uma área bastante abrangente, na medida em que abarca o estudo do léxico, assim como das estruturas morfosintáticas, textuais e discursivas. Optamos por tematizar a Semântica Formal, e nesse horizonte, os aspectos de verdade, a concepção de teoria de modelos em semântica, o princípio da composicionalidade, bem como as noções de sentido e referência.

Poderíamos, certamente, elencar uma série de outros fenômenos de que se ocupam os estudos semânticos, tais como a *negação*, a *conotação*, os *papéis temáticos*, a *ambiguidade* e a *segmentação*, a *modalização*, a *polifonia* etc., mas optamos por essa breve referência a possibilidades de abordagens semânticas, à guisa de exemplificar o eixo sobre o qual se estrutura este nível de análise: o foco nos *significados* e nos *sentidos* de palavras, expressões, enunciados, elementos constitutivos do discurso. Sugerimos a você, para detalhar um pouco mais essas questões, a leitura

de Ilari (2002), uma obra introdutória ao estudo da Semântica, escrita de modo bastante didático, de fácil leitura e com exemplos muito agradáveis de ler.

Considerações Finais

Querid@s alun@s, chegamos ao final de nossa caminhada, que procurou oferecer uma panorâmica das áreas que formam o chamado ‘núcleo duro’ da linguística, a saber, a fonética e fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica. Cada uma dessas áreas se debruça sobre a língua(gem) de maneira especial e única, e nos faz entender o que está por trás desse multissistema que nos permite significar.

Por meio das incursões feitas na fonética e na fonologia, acreditamos ter sido possível compreender que tais áreas lidam com os sons de uma determinada língua, porém, enquanto a fonologia ocupa-se dos segmentos sonoros, como o inventário de que dispomos em nosso cérebro, a fonética ocupa-se deles em seu processo de realização na fala.

Já em relação à morfologia, o grande objetivo foi apresentar-lhes o conceito de morfema – menor unidade de significado, como também oportunizar o entendimento de como ocorre a formação de vocábulos em uma língua, dando atenção especial ao Português Brasileiro.

No que tange à semântica, buscamos desvelar os mecanismos com os quais damos contorno a nossas intenções comunicativas ao formar sentenças em uma determinada língua, com base nos preceitos do gerativismo e do funcionalismo.

Finalmente, no que concerne à sintaxe (ciência das significações das línguas naturais), buscamos elucidar questões que premeiam a significação e o sentido das palavras, expressões, enunciados e elementos constitutivos do discurso.

Por conta da complexidade de todos os temas aqui tratados e do curto espaço que tivemos para explorar cada um desses níveis, nosso tratamento foi pontual, e agora, cabe a vocês aventurarem-se em outras leituras acadêmicas para afinar seu olhar e compreensão sobre cada uma delas.

Esperamos ter sido bem sucedidas em motivá-l@s para essas futuras buscas, principalmente por percebermos a importância de cada um desses níveis de análise linguística para um estudante de Letras, e futuro profissional dessa área. Afinal, o que cada uma das áreas nos revela acerca desse objeto de estudo – a língua(gem)? De que maneira esses níveis nos permitem perceber a língua(gem) e de que forma o conhecimento poderá informar nosso caminho como falante do Português Brasileiro, como aluno em processo de aprendizagem do espanhol, e futuro professor dessa língua estrangeira?

São com essas interrogações que finalizamos, por ora, nossa conversa, esperando que as discussões os tenham levado a responder essas perguntas. Sabemos, no entanto, que a tarefa é desafiadora, principalmente porque, no momento em que encontramos algumas repostas, nos damos conta de que outras interrogações surgem. Mas, afinal, é esse o movimento que nos faz embarcar em eterno aprendizado, não é mesmo?

Siga aprendendo e surpreendendo(-se)!

Adriana, Ina e Raquel.

Referências

ANDERSON, S. **Where is Morphology?** In: *Linguistic Inquiry*, n. 13, p.571-612, 1982.

BASSO, R. M. et al. **Semântica**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2009.

BERLINCK, R. A.; AUGUSTO, M. R. A.; SCHER, A. P. Sintaxe. In: MUSSALIM, F., BENTES, A. C. (Orgs.) **Introdução à lingüística**. Domínios e fronteiras. v. 1. São Paulo: Cortez Editora, 2001, p. 207-244.

BISOL, L. **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

BLOOMFIELD, L. **Language**. Chicago: The University Press, 1933.

BORGES NETO, J. **História da Lingüística no Brasil**. Estudos Lingüísticos.(São Paulo), São Paulo, v. XXXIV, 2005, p. 4-13.

CANÇADO, M. **Manual de Semântica**. Noções Básicas e Exercícios. Série.Didática. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 1997.

CÂMARA Jr, J.M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 29. Ed. Petrópolis: Vozes, [1970]/1999.

CALLOU, D.; LEITE, Y. **Iniciação à Fonética e à Fonologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. (Coleção Letras).

CARBONI, F. **Introdução à Linguística**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CRISTÓFARO SILVA, T. **Fonética e Fonologia do Português**. Roteiro de estudos e guia de exercícios. São Paulo: Contexto, 1999.

COSTA, S. B. B. **O Aspecto em Português**. Coleção Repensando a Língua Portuguesa. São Paulo: Contexto, 1997.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p.53.

DELLAGNELO, A. K.; RIZZATTI, M. E. C. **Introdução aos Estudos da Linguagem**. Florianópolis: LLE/CCE/UFSC, 2008.

FERRAREZI Jr., C. **Semântica para a Educação Básica**. São Paulo: Parábola, 2008. (Série Estratégias de Ensino, 7).

FERREIRA NETTO, W. **Introdução à fonologia da língua portuguesa**. São Paulo: Hedra, 2001.

FREGÉ, G. On sense and reference. In: HARNISH, R. M. **Basic topics in the philosophy of language**. New Jersey: Prentice Hall, 1994, p. 142-160.

GREWENDORF, G. **Noam Chomsky**. Série Denker. Munique: Beck, 2006.

ILARI, R. **Introdução à Semântica**. Brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2001.

_____; GERALDI, J. W. **Semântica**. 10. ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

KEHDI, V. **Morfemas do português**. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios).

KOCH, I. V. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2004.

LAROCA, M. N. C. **Manual de Morfologia do Português**. Campinas: Pontes, 1994.

LÖBNER, S. **Understanding Semantics**. Londres: Arnold, 2002. (Série Understanding Language).

MARGOTTI, F. W. **Morfologia do Português**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2008.

MARTIN, R. **Para entender a Lingüística** – Epistemologia elementar de uma disciplina. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. (Série Na Ponta da Língua, 6).

MASSINI-CAGLIARI, G.; CAGLIARI, L. C. Fonética. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.) **Introdução à lingüística**. Domínios e fronteiras. v. 1. São Paulo: Cortez Editora, 2001, p. 105-146.

MIOTO, C. et al. **Novo Manual de Sintaxe**. Florianópolis: Editora Insular, 2004.

MORI, A. C. Fonologia. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.) **Introdução à lingüística**. Domínios e fronteiras. v. 1. São Paulo: Cortez Editora, 2001, p. 147-179.

MÜLLER, M. et al. **Moment Mal**. Berlim: Langenscheidt, 1996, p. 112.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.) **Introdução à lingüística**. Domínios e fronteiras. 5. ed. v. 2. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

_____; _____. (Orgs.) **Introdução à lingüística**. Fundamentos epistemológicos. v. 3. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

_____; _____. (Orgs.) **Introdução à lingüística**. Domínios e fronteiras. v. 1. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

PIRES DE OLIVEIRA, R. Semântica. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.) **Introdução à lingüística**. Domínios e fronteiras. 5. ed. v. 2. São Paulo: Cortez Editora, 2006, p. 17-46.

_____. **Semântica Formal**. Uma breve introdução. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.

QUINE, W. **Word and Object**. Cambridge: MIT Press, 1960.

RAMERS, K-H. **Einführung in die Phonologie**. UTB für Wissenschaft. Munique: Fink, 2008.

_____. **Einführung in die Syntax**. 2. Ed. UTB für Wissenschaft. Munique: Fink, 2007.

RAPOSO, E. **Teoria da Gramática**. A faculdade da linguagem. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

ROSA, M. C. **Introdução à Morfologia**. São Paulo: Contexto, 2000.

SANDALO, F. Morfologia. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.) **Introdução à lingüística**. Domínios e fronteiras. v. 1. São Paulo: Cortez Editora, 2001, p. 181-206.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. 22. Ed. São Paulo: Cultrix, 1916/2000.

SILVA, M. C. F.; COSTA, J. **Os anos 1990 na Gramática Gerativa**. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.) **Introdução à lingüística**. Fundamentos Epistemológicos. v. 3. São Paulo: Cortez Editora, 2004, p. 131-164.

SILVA, M. C. P. S.; KOCH, I. V. **Linguística Aplicada ao Português: Morfologia**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____; _____. **Linguística Aplicada ao Português: Sintaxe**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TAMBA-MECZ, I. **A Semântica**. Trad. M. Marcolino. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. (Série Na Ponta da Língua, 10).

TAYLOR, K. **Truth and Meaning**. An introduction to the Philosophy of Language. Oxford: Blackwell Publishers Inc., 1998.

ZANOTTO, N. **Estrutura Mórfrica da Língua Portuguesa**. 2. Ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

WEEDWOOD, B. **História concisa da Lingüística**. São Paulo: Parábola, 2002.

